

Termo de Aditamento nº 01/2021, para que, no mesmo prazo desta notificação, os interessados possam apresentar as justificativas que entenderem pertinentes, cabendo à Secretaria a juntada de documentos nos autos que comprovem o cumprimento desta determinação;

4. Justificar o motivo pelo qual o Termo de Aditamento em referência foi assinado pelo Sr. Eduardo Ribeiro, representando a Secretaria da Saúde, considerando que os dados indicados no seu preâmbulo correspondem aos do Dr. Jeancarlo Gorinchtey, Secretário de Estado da Saúde, devendo o encaminhar o respectivo instrumento de mandato para o feito e o Termo de Ciência e de Notificação contendo os dados do Sr. Eduardo Ribeiro, em conformidade com as Instruções deste Tribunal. Igualmente DETERMINO à Secretaria de Estado da Saúde que adote as mesmas providências indicadas no item 3 desta notificação.

NOTIFIQUE-SE o Sr. Danilo Cesar Fiore, responsável pela Coordenadoria de Gestão de Contratos de Saúde, nos termos dos artigos 2º, XIII, e 91, III, da Lei Complementar nº 709/1993, para que, no mesmo prazo, apresente os esclarecimentos requisitados nesta notificação, bem como eventuais medidas corretivas adotadas pela referida Coordenadoria relacionadas ao presente processo.

Transcorrido o prazo, retornem os autos ao Gabinete.

Publique-se.  
PROCESSO:00005218.989.19-2  
ÓRGÃO: CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA CAMPINA (CNPJ 60.123.890/0001-50)

INTERESSADO(A): CLEUZA BENEDITA DE RAMOS CAVALHEIRO (CPF 197.328.028-04)  
ASSUNTO: Contas de Câmara - Exercício de 2019  
EXERCÍCIO: 2019  
INSTRUÇÃO POR: UR-16

Vistos.  
Em face da manifestação da douta representante do MPC, inserida no evento 49, onde acrescenta apontamentos suplementares, NOTIFICO o Sr. CLEUZA BENEDITA DE RAMOS CAVALHEIRO, responsável pelas contas do exercício de 2019 da CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA CAMPINA, nos termos do disposto no artigo 30, da Lei Complementar Paulista nº 709/93, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, tome conhecimento dessas ressalvas, e as contradite com as justificativas adicionais que entender pertinentes.

Publique-se.  
PROCESSO:00005339.989.19-6  
ÓRGÃO: CÂMARA MUNICIPAL DE SOCORRO (CNPJ 02.039.613/0001-68)

ADVOGADO: MARCOS VINICIUS CAUDURO FIGUEIREDO (OAB/SP 129.042)  
ASSUNTO: Contas de Câmara - Exercício de 2019  
EXERCÍCIO: 2019  
INSTRUÇÃO POR: UR-19

Vistos.  
Em face da manifestação da douta representante do MPC, inserida no evento 41, onde acrescenta apontamentos suplementares, NOTIFICO o Sr. JOÃO PINHONI NETO, responsável pelas contas do exercício de 2019 da CÂMARA MUNICIPAL DE SOCORRO, nos termos do disposto no artigo 30, da Lei Complementar Paulista nº 709/93, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, tome conhecimento dessas ressalvas, e as contradite com as justificativas adicionais que entender pertinentes.

Publique-se.  
PROCESSO:00007172.989.16-2  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DE ITARARE (CNPJ 60.123.064/0001-01)  
ADVOGADO: NELSON JOSE BRANDAO JUNIOR (OAB/SP 185.949) / CAROLINE OLIVEIRA SOUZA MUCCI (OAB/SP 245.795) / ARIANE DE CARVALHO LEME (OAB/SP 377.155)  
CONTRATADO(A): CARMAGO MACIEL & SOUZA LTDA (CNPJ 07.935.004/0001-00)

ASSUNTO: Processo nº 27/2012  
Carta Convite nº 15/2012  
Contrato nº 36/2012, assinado em 05/07/2012  
Objeto: Construção de uma Academia de Saúde com fornecimento de materiais e mão de obra, fornecimento e instalação de equipamentos de exercícios, na Vila Conde.

Vigência: 04 (quatro) meses a contar da assinatura  
EXERCÍCIO: 2012  
INSTRUÇÃO POR: UR-16

PROCESSO(S) DEPENDENTES(S): 00009893.989.16-0  
PROCESSO:00009893.989.16-0  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DE ITARARE (CNPJ 60.123.064/0001-01)

ADVOGADO: NELSON JOSE BRANDAO JUNIOR (OAB/SP 185.949) / CAROLINE OLIVEIRA SOUZA MUCCI (OAB/SP 245.795) / ARIANE DE CARVALHO LEME (OAB/SP 377.155)  
CONTRATADO(A): CARMAGO MACIEL & SOUZA LTDA (CNPJ 07.935.004/0001-00)

ASSUNTO: Objeto: Construção de Academia da Saúde com fornecimento de materiais e mão de obra  
EXERCÍCIO: 2012  
INSTRUÇÃO POR: UR-16

PROCESSO PRINCIPAL: 7172.989.16-2

Vistos.  
Tendo em vista o consignado nos autos, assino aos responsáveis o prazo de 15 (quinze) dias para que, nos termos do inciso XIII, do artigo 2º, da Lei Complementar nº 709/93, apresentem a justificativa que entender necessária.

Publique-se.  
PROCESSO:007645.989.20-3  
ÓRGÃO: FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ENSINO E DA PESQUISA DO DIREITO - FADPE (CNPJ 24.206.696/0001-75)

INTERESSADO(A): GUSTAVO ASSED FERREIRA (CPF 150.749.348-77)

ASSUNTO: Balanço Geral - Contas do Exercício de 2020  
EXERCÍCIO: 2020  
INSTRUÇÃO POR: UR-06

Vistos.  
Tendo em vista as conclusões constantes no relatório elaborado pela UNIDADE REGIONAL DE RIBEIRÃO PRETO – UR-06 (evento 16.13), e o que dispõe o artigo 29 da Lei Complementar nº 709/93, ficam notificados os responsáveis acima referidos para que, no prazo de 15 (quinze) dias, tomem conhecimento dos termos do relatório da Fiscalização e apresentem as justificativas que entenderem pertinentes.

Determino que a presente NOTIFICAÇÃO seja processada nos termos do artigo 91, inciso III, da Lei Complementar nº 709/93.  
Alerto que, nos termos da Resolução nº 01/2011, os interessados poderão ter acesso aos autos no Sistema de Processo Eletrônico - e-TCESP, na página https://e-processo.tce.sp.gov.br/e-tesp/, mediante regular cadastramento, se ainda não efetuado.

Transcorrido o prazo assinalado, sem manifestação de qualquer dos interessados, os autos deverão retornar diretamente ao Gabinete. Caso haja manifestação, o retorno deverá ocorrer com prévio trânsito pela Procuradoria da Fazenda do Estado e, em seguida, pelo Ministério Público do Estado, nos termos dos artigos 6º e 69, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal.

Publique-se.  
PROCESSO:00004992.989.19-4  
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE TABOAO DA SERRA (CNPJ 46.523.122/0001-63)

ADVOGADO: LUIZ CARLOS NACIF LAGROTTA (OAB/SP 123.358) / PATRICIA DA CONCEICAO PIRES (OAB/SP 238.205)  
INTERESSADO(A): FERNANDO FERNANDES FILHO (CPF 001.071.008-60)

ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2019

EXERCÍCIO: 2019  
INSTRUÇÃO POR: DF-05  
PROCESSO(S) DEPENDENTES(S): 00012757.989.19-9

Vistos.  
À vista das manifestações de ATI e MPC (Eventos 141 e 144), e de acordo com o disposto no artigo 30, da Lei Complementar nº 709/93, NOTIFICO o Sr. Fernando Fernandes Filho, responsável no Exercício de 2019, Pela Prefeitura Municipal Acima mencionada, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, tome conhecimento do conteúdo nos autos e nos processos dependentes ou referenciados, e apresente as alegações que forem do seu interesse.

Com ou sem resposta, voltem os autos por ATI e Ministério Público de Contas para prosseguimento nos termos do art. 195 e seguintes do RITCSP.

Publique-se.  
PROCESSO:00005126.989.19-3  
ÓRGÃO: CÂMARA MUNICIPAL DE GUARACAI (CNPJ 01.642.501/0001-34)

ADVOGADO: VERONICA TAVARES DIAS (OAB/SP 194.895)  
ASSUNTO: Contas de Câmara - Exercício de 2019  
EXERCÍCIO: 2019  
INSTRUÇÃO POR: UR-15

Vistos.  
Em face da manifestação da douta representante do MPC, inserida no evento 38, onde acrescenta apontamento suplementar, NOTIFICO o Sr. JOÃO BATISTA LIMA, responsável pelas contas do exercício de 2019 da CÂMARA MUNICIPAL DE GUARACAI, nos termos do disposto no artigo 30, da Lei Complementar Paulista nº 709/93, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, tome conhecimento da ressalva, e a contradite com as justificativas adicionais que entender pertinentes.

Publique-se.  
PROCESSO:00005152.989.18-2  
ÓRGÃO: CÂMARA MUNICIPAL DE ARTUR NOGUEIRA (CNPJ 67.162.628/0001-64)

ADVOGADO: KELLY CRISTINA CAMILOTTI CAVALHEIRO (OAB/SP 157.339)  
INTERESSADO(A): ERMES RODRIGUES DAGRELA (CPF 415.319.908-78)

ADVOGADO: FRANCISCO RAFAEL FERREIRA (OAB/SP 203.445)  
ASSUNTO: Contas de Câmara - Exercício de 2018  
EXERCÍCIO: 2018

INSTRUÇÃO POR: UR-19

Vistos.  
Em face da manifestação da douta representante do MPC, inserida no evento 68, onde acrescenta apontamentos suplementares, NOTIFICO o Sr. ERMES RODRIGUES DAGRELA, responsável pelas contas do exercício de 2018 da CÂMARA MUNICIPAL DE ARTUR NOGUEIRA, nos termos do disposto no artigo 30, da Lei Complementar Paulista nº 709/93, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, tome conhecimento dessas ressalvas, e as contradite com as justificativas adicionais que entender pertinentes.

Publique-se.  
PROCESSO: 00006997.989.20-7  
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO BARREIRO (CNPJ 45.200.623/0001-46)

INTERESSADO(A): ALEXANDRE DE SIQUEIRA BRAGA  
ADVOGADO: PAULO SERGIO MENDES DE CARVALHO (OAB/SP 131.979)

ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2021  
EXERCÍCIO: 2021  
INSTRUÇÃO POR: UR-14

PROCESSO(S) DEPENDENTES(S): 00002283.989.21-8, 00006844.989.21-0

Visto.  
NOTIFICO a Prefeitura Municipal e o interessado acima mencionados para que tomem ciência das ocorrências apontadas no relatório de Acompanhamento das Contas Anuais do 1º Quadrimestre de 2021 (Evento 54.7).

Demand a especial atenção do responsável a aplicação desfavorável no ensino.

ALERTO a Origem para que adote medidas voltadas ao saneamento das referidas ocorrências até o encerramento do presente exercício, tendo em vista que nos termos do artigo 33, III, "b" da Lei Complementar nº 709/93, podem ensejar a emissão de parecer desfavorável, caso confirmadas ao término do exercício, com base no artigo 29 do mesmo instrumento legal.

Publique-se.  
PROCESSO: 00007128.989.20-9  
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO DE TOLEDO (CNPJ 46.578.530/0001-12)

ADVOGADO: FABRICIO ANDRADE DOS REIS (OAB/SP 250.417) / PAULO SERGIO DIAS SANT'ANA JUNIOR (OAB/SP 264.001)

INTERESSADO(A): ELEAZAR MUNIZ JUNIOR  
ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2021  
EXERCÍCIO: 2021

INSTRUÇÃO POR: UR-12  
PROCESSO(S) DEPENDENTES(S): 00004519.989.21-4, 00006895.989.21-8

Visto.

NOTIFICO a Prefeitura Municipal e o interessado acima mencionados para que tomem ciência das ocorrências apontadas no relatório de Acompanhamento das Contas Anuais do 1º Quadrimestre de 2021 (Evento 77.15).

Demand a especial atenção do responsável a aplicação desfavorável no ensino.

ALERTO a Origem para que adote medidas voltadas ao saneamento das referidas ocorrências até o encerramento do presente exercício, tendo em vista que nos termos do artigo 33, III, "b" da Lei Complementar nº 709/93, podem ensejar a emissão de parecer desfavorável, caso confirmadas ao término do exercício, com base no artigo 29 do mesmo instrumento legal.

Publique-se.  
PROCESSO: 00007130.989.20-5  
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIQUETE (CNPJ 47.563.325/0001-46)

ADVOGADO: JULIO CESAR ROSA DIAS (OAB/SP 183.978) / LUIZ FERNANDO BARBOSA DA SILVA (OAB/SP 389.688)

INTERESSADO(A): ROMULO KAZIMIER LUSZCZYNSKI  
ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2021  
EXERCÍCIO: 2021

INSTRUÇÃO POR: UR-14  
PROCESSO(S) DEPENDENTES(S): 00002272.989.21-1, 00006841.989.21-3

Visto.

NOTIFICO a Prefeitura Municipal e o interessado acima mencionados para que tomem ciência das ocorrências apontadas no relatório de Acompanhamento das Contas Anuais do 1º Quadrimestre de 2021 (Evento 45.17).

Demand a especial atenção do responsável o déficit verificado na execução do orçamento e a aplicação desfavorável no ensino.

ALERTO a Origem para que adote medidas voltadas ao saneamento das referidas ocorrências até o encerramento do presente exercício, tendo em vista que nos termos do artigo 33, III, "b" da Lei Complementar nº 709/93, podem ensejar a emissão de parecer desfavorável, caso confirmadas ao término do exercício, com base no artigo 29 do mesmo instrumento legal.

Publique-se.  
PROCESSO: 00007295.989.20-6  
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE EMBU DAS ARTES (CNPJ 46.523.114/0001-17)

ADVOGADO: SANDRO RAMAZZINI (OAB/SP 301.742)  
INTERESSADO(A): CLAUDINEIA ALVES DOS SANTOS  
ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2021  
EXERCÍCIO: 2021

INSTRUÇÃO POR: DF-05

PROCESSO(S) DEPENDENTES(S): 00001420.989.21-2, 00007076.989.21-9

Visto.

Ciente das justificativas apresentadas (evento 101) remeto os autos à área técnica para subsidiar o exame das contas de 2021 da Prefeitura Municipal de Embu das Artes.

Publique-se.  
PROCESSO:00007653.989.18-6  
CONTRATANTE: COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SAO PAULO - PRODESP - SECRETARIA DE GOVERNO (CNPJ 62.577.929/0001-35)

ADVOGADO: MARIA CLARA OSUNA DIAZ FALAVIGNA (OAB/SP 96.362) / NATHALIA CALIL CERA (OAB/SP 221.440) / DENIS GUSTAVO ERMINI (OAB/SP 223.343)

CONTRATADO(A): ALTERNATIVA SERVICOS E TERCEIRIZACAO EM GERAL LTDA (CNPJ 68.000.199/0001-91)

INTERESSADO(A): CELIO FERNANDO BOZOLA  
RICARDO MALET  
CARLOS ANDRE DE MARIA DE ARRUDA  
ADSMIR RODRIGUES DOS SANTOS

ASSUNTO: CONTRATO Nº PRO.00.7366, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 107/2017  
EXERCÍCIO: 2018

INSTRUÇÃO POR: DF-03  
PROCESSO PRINCIPAL: 7450.989.18-1

Vistos.  
Defiro por 15 (quinze) dias a prorrogação de prazo solicitada para apresentação de justificativas, a contar da publicação. Transcorrido o prazo, retornem os autos pela PFE e MPC, nos termos dos artigos 6º e 69, inciso II, do RITCSP, conforme determinado no despacho anterior.

Publique-se.  
PROCESSO:00008161.989.21-5  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS (CNPJ 45.358.249/0001-01)

CONTRATADO(A): TERRA PLANA - LOCAÇÃO E SERVICOS EIRELI (CNPJ 07.581.694/0001-47)

INTERESSADO(A): AIRTON GARCIA FERREIRA  
MARIO LUIZ DUARTE ANTUNES  
AIRTON GARCIA

ASSUNTO: CONTRATO Nº 03/2021 Dispensa de Licitação assinado em 13/01/2021

OBJETO: Contratação emergencial de empresa especializada para execução de limpeza e desobstrução de bocas de lobo, poços de visita e galerias do sistema de drenagem de águas pluviais, no município de São Carlos/SP.

VIGÊNCIA: 180 (cento e oitenta) dias  
EXERCÍCIO: 2021

INSTRUÇÃO POR: UR-13  
PROCESSO PRINCIPAL: 8101.989.21-8

Visto.

Em razão dos apontamentos registrados pela Fiscalização na execução do contrato, assino à Prefeitura Municipal de São Carlos, bem como aos demais interessados acima indicados, o prazo de 15 (quinze) dias para que, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 709/93, adotem as providências necessárias à regularização e apresentem as justificativas que entenderem cabíveis.

Transcorrido o prazo assinalado, retornem os autos a este Gabinete, com prévio trânsito pelo Ministério Público do Estado, nos termos do artigo 69, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal.

Publique-se.  
PROCESSO:00008929.989.16-8  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAPICUIBA (CNPJ 08.980.890/0001-89)

ADVOGADO: CLAUDIA RATTES LA TERZA BAPTISTA (OAB/SP 110.820) / GIANPAULO BAPTISTA (OAB/SP 177.061) / CRISTINA BARBOSA RODRIGUES (OAB/SP 178.466) / MONICA LIBERATTI BARBOSA HONORATO (OAB/SP 191.573) / FERNANDA DE AVILA E SILVA (OAB/SP 361.634)

CONTRATADO(A): ARC COMERCIO CONSTRUCAO E ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA (CNPJ 01.565.706/0001-63)

ADVOGADO: MARIANA URBANO FARIAS (OAB/SP 333.097)  
INTERESSADO(A): SERGIO RIBEIRO DA SILVA (PREFEITO - A ÉPOCA)

MARCOS NEVES (PREFEITO - ATUAL)  
LUCIANO ALVES DA SILVA (SECRETÁRIO DE TRANSPORTE E TRÂNSITO - À ÉPOCA)

GILBERTO ANDRADE FARIAS (SÓCIO-ADMINISTRADOR DA CONTRATADA)

ADVOGADOS: Luciano Alves da Silva (OAB/SP nº 176.923); Claudia Rattes La Terza Baptista (OAB/SP nº 110.820); Gianpaulo Baptista (OAB/SP nº 177.061); Cristina Barbosa Rodrigues (OAB/SP nº 178.466); Monica Liberatti Barbosa Honorato (OAB/SP nº 191.573); Fernanda de Avila e Silva (OAB/SP nº 361.634); Mariana Urbano Farias (OAB/SP nº 333.097) e outros.

ASSUNTO: Contrato nº36/2016, Edital Concorrência Pública nº06/2015, que objetiva o fornecimento de materiais e equipamentos para execução, retirada e manutenção de guias, sarjetas, calçadas, lombadas e gradis.

EXERCÍCIO: 2016  
INSTRUÇÃO POR: DF-07  
PROCESSO(S) DEPENDENTES(S): 00009212.989.16-4  
R E C U R S O (S) A Ç Ã O (S) V I N C U L A D O (S) : 00021403.989.19-7, 00021421.989.19-5, 00024775.989.19-7

PROCESSO:00009212.989.16-4  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAPICUIBA (CNPJ 44.892.693/0001-40)

CONTRATADO(A): ARC COMERCIO CONSTRUCAO E ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA (CNPJ 01.565.706/0001-63)

ADVOGADO: MARIANA URBANO FARIAS (OAB/SP 333.097)  
INTERESSADO(A):SÉRGIO RIBEIRO DA SILVA (PREFEITO - A ÉPOCA)

MARCOS NEVES (PREFEITO - ATUAL)  
LUCIANO ALVES DA SILVA (SECRETÁRIO DE TRANSPORTE E TRÂNSITO - À ÉPOCA)

GILBERTO ANDRADE FARIAS (SÓCIO-ADMINISTRADOR DA CONTRATADA)

ADVOGADOS: Luciano Alves da Silva (OAB/SP nº 176.923); Claudia Rattes La Terza Baptista (OAB/SP nº 110.820); Gianpaulo Baptista (OAB/SP nº 177.061); Cristina Barbosa Rodrigues (OAB/SP nº 178.466); Monica Liberatti Barbosa Honorato (OAB/SP nº 191.573); Fernanda de Avila e Silva (OAB/SP nº 361.634); Mariana Urbano Farias (OAB/SP nº 333.097) e outros.

ASSUNTO: 52º, ARTIGO 6º, DA RESOLUÇÃO 01/2012 C/C ITEM 3, ORDEM DE SERVIÇO SDG Nº 01/2012.

EXERCÍCIO: 2016  
INSTRUÇÃO POR: DF-07  
PROCESSO PRINCIPAL: 8929.989.16-8  
RECURSO(S) AÇÃO(ÕES) VINCULADO(S): 00021404.989.19-6, 00021420.989.19-6

VISTOS.

Verifico que a Contratada empresa 'ARC Comércio, Construção e Administração de Serviços Ltda.', representada por seu advogado, após Embargos de Declaração, conforme eventos 12.11, do TC-008929.989-16 e 11.81, do TC-9212.989-16. Ocorre que as peças recursais desatenderam ao Comunicado GP nº 02/13, que trata da atuação de recursos/ação, estabelecendo que os recursos interpostos contra decisões proferidas no âmbito do sistema e-TCSP serão cadastrados e protocolizados de forma automática.

Desse modo, INDEFIRO o solicitado, por entender necessária a sua regularização.

NOTIFIQUEM-SE os responsáveis, via sistema.  
PUBLIQUE-SE.

PROCESSO:00008961.989.16-7  
CONTRATANTE: SECRETARIA DA CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA (CNPJ 51.531.051/0001-80)

CONTRATADO(A): ECG ENGENHARIA CONSTRUCOES E GEOTECNIA EIRELI (CNPJ 00.986.297/0001-06)

ASSUNTO: CONTRATO SC Nº 40/2014 PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE REFORMA E RESTAURO DO EDIFÍCIO DA OFICINA AMÁCIO MAZZAROLI, NA AVENIDA RANGEL PESTANA, 2.401 - BRÁS - SP.

EXERCÍCIO: 2014  
INSTRUÇÃO POR: DF-02  
RECURSO(S) AÇÃO(ÕES) VINCULADO(S): 00025998.989.19-8

Vistos.  
O V. acórdão nos autos do processo TC-025998.989.19-8, conhecendo do Recurso Ordinário e, quanto ao mérito, dando-lhe provimento, para o fim de julgar relevantes a concorrência, o contrato e os termos ativos decorrentes, transitou em julgado em 16/07/2021, nos termos da Certidão encartada no evento 52.1 daqueles autos.

Assim, nada mais havendo para decidir, encaminhem-se estes autos ao Cartório para as anotações de praxe e posterior arquivamento.

Publique-se.  
PROCESSO:00007638.989.20-2

CONTRATANTE: COORDENADORIA DE GESTAO DE CONTRATOS DE SERVICOS DE SAUDE - CGCS - SECRETARIA DA SAUDE (CNPJ 46.374.500/0156-20)

ORGANIZ: SOCIALASSOCIACAO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA - SPOM (CNPJ 61.699.567/0001-92)

GERENCIADA: HOSPITAL GERAL PROF DR WALDEMAR CARVALHO PINTO FILHO DE GUARULHOS - SPOM (CNPJ 61.699.567/0052-32)

INTERESSADO(A): JOSE HENRIQUE GERMANN FERREIRA  
RONALDO RAMOS LARANJEIRA  
JEANCARLO GORINCHTEY  
ALBERTO HIDEKI KANAMURA

DANILLO CESAR FIORE  
ASSUNTO: Alterações de cláusulas do Contrato de Gestão, bem como a operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços de saúde no exercício de 2020 e a redução de recursos financeiros de Custeio por descumprimento de meta Indicador Qualidade de Informação (Inserção de Dados no Sistema Gestão em Saúde), referente ao 3º trimestre/2020 no HOSPITAL GERAL "PROF. DR. WALDEMAR CARVALHO PINTO FILHO" DE GUARULHOS.

EXERCÍCIO: 2020  
INSTRUÇÃO POR: DF-10  
PROCESSO PRINCIPAL: 2524.989.20-9

Vistos.

NOTIFICO os responsáveis acima discriminados, de ambas as partes, nos termos do art. 2º, XIII, da Lei Complementar nº 709/1993, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, tomem ciência do relatório da Fiscalização de evento 11 e apresentem os esclarecimentos que entenderem pertinentes, devendo, ainda, encaminhar a seguinte documentação complementar:

1. Indicação explícita e motivada quanto ao custo unitário e a auto global de cada procedimento, atividade ou projeto, satisfazendo as metas descritas no pertinente plano de trabalho ou instrumento congêner;

2. Informar se a Organização Social possui, em seu site, link direto e extensivo, relativo à aplicação dos recursos públicos recebidos e a suas respectivas destinações, no mínimo por categorias de despesas, sem prejuízo das prestações de contas a que esteja legalmente obrigada, nos moldes da Lei Federal nº 12.527/2011, Lei de Acesso à Informações;

3. Justificar o motivo pelo qual o Termo de Aditamento em referência foi assinado pelo Sr. Alberto Kanamura, tendo em vista que os dados indicados no seu preâmbulo correspondem aos do Sr. José Henrique Germann Ferreira, Secretário de Estado à época dos fatos, devendo, ainda, encaminhar o respectivo instrumento de mandato para o feito e o Termo de Ciência e de Notificação contendo os dados do Sr. Alberto Kanamura, em conformidade com as Instruções deste Tribunal. À Secretaria de Estado da Saúde, por meio dos seus responsáveis, DETERMINO que adote as providências necessárias para que seja dada ciência desta notificação ao responsável pela assinatura do Termo de Aditamento de 26/12/2019, para que, no mesmo prazo desta notificação, o interessado possa apresentar as justificativas que entender pertinentes, cabendo à Secretaria a juntada de documentos nos autos que comprovem o cumprimento desta determinação.

NOTIFIQUE-SE o Sr. Danilo Cesar Fiore, responsável pela Coordenadoria de Gestão de Contratos de Saúde, nos termos dos artigos 2º, XIII, e 91, III, da Lei Complementar nº 709/1993, para que, no mesmo prazo, apresente os esclarecimentos requisitados nesta notificação, bem como eventuais medidas corretivas adotadas pela referida Coordenadoria relacionadas ao presente processo.

Transcorrido o prazo, retornem os autos ao Gabinete.

Publique-se.  
**DESPACHOS DO CONSELHEIRO SIDNEY ESTANISLAU BERALDO**

**DESPAÇO**  
PROCESSO:00012403.989.21-3  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE AREIOPOLIS (CNPJ 46.624.515/0001-44)

ADVOGADOS(A): NEIVA TEREZINHA FARIA (OAB/SP 109.235) / JOSE ARNALDO VITAGILIANO (OAB/SP 113.942) / OLAVO SOUZA NOGUEIRA NETO (OAB/SP 307.416)

CONTRATADO(A): VITAGILIANO PEDROSS & CIA SERVICOS LTDA (CNPJ 16.716.

EM UNIDADES COM ESF - ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA, UNIDADE DE ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE E UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO  
MUNICÍPIO DE RINCAO/SP (NASF/VIGILÂNCIA EM SAÚDE/ESF/ATE)  
EXERCÍCIO:2021  
INSTRUÇÃO POR-UR-13  
PROCESSO:00013244.989.21-6  
CONTRATANTE:PREFETURA MUNICIPAL DE RINCAO (CNPJ 56.338.247/0001-77)  
CONTRATADO(A):ALIVE SAUDE SERVICOS MEDICOS LTDA (CNPJ 36.144.537/0001-72)  
INTERESSADO(A):BRAZ RODRIGUES (CPF 087.827.838-96)  
ASSUNTO:CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 08/2021  
OBJETO:DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2021- OBJETO: GERENCIAMENTO E EXECUÇÃO DE AÇÕES E SERVIÇOS DE SI EM UNIDADES COM ESF - ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA, UNIDADE DE ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE E UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - MUNICÍPIO DE RINCAO/SP  
VIGÊNCIA: 3 MESES  
EXERCÍCIO:2021  
INSTRUÇÃO POR-UR-13  
PROCESSO:00013324.989.21-9  
CONTRATANTE:PREFETURA MUNICIPAL DE RINCAO (CNPJ 56.338.247/0001-77)  
CONTRATADO(A):ALIVE SAUDE SERVICOS MEDICOS LTDA (CNPJ 36.144.537/0001-72)  
INTERESSADO(A):BRAZ RODRIGUES (CPF 087.827.838-96)  
ASSUNTO:ADITIVO 01 - CONTRATO 08/2021 - DISPENSA DE LICITAÇÃO  
PROCESSO: Nº 06/2021- PROCESSO Nº 07/2021  
OBJETO: GERENCIAMENTO E EXECUÇÃO DE AÇÕES E SERVIÇOS DE SI

EM UNIDADES COM ESF - ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA, UNIDADE DE ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE E UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO MUNICÍPIO DE RINCAO/SP  
EXERCÍCIO:2021  
INSTRUÇÃO POR-UR-13  
Defiro, por 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação deste Despacho no DOE, a prorrogação de prazo requerida na petição do evento 21 do TC-013244.989.21-6, evento 22 do TC-013324.989.21-9 e evento 29 do TC-013173.989.21-1.  
Publique-se.  
D E S P A C H O  
PROCESSO:00017036.989.21-8  
CONTRATANTE:SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE AGUA E SANEAMENTO S/A - SANASA - CAMPINAS (CNPJ 46.119.855/0001-37)  
ADVOGADO: ESTEFANIA HETMAN DE ALMEIDA CACIATO (OAB/SP 194.836) / CLAUDETE APARECIDA PINTO DE MORAES SALLES (OAB/SP 229.726) / LUCIANA ROBERTA DESTRI PIMENTA (OAB/SP 237.727)  
CONTRATADO(A):CONSTRUPAV CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA (CNPJ 06.018.017/0001-06)  
INTERESSADO(A):MANUELO PEREIRA MAGALHÃES JÚNIOR - DIRETOR-PRESIDENTE DO ÓRGÃO CONTRATANTE (CPF 478.682.525-53)  
MARCOS ANTONIO DOS SANTOS - DIRETOR TÉCNICO DO ÓRGÃO CONTRATANTE (CPF 087.182.408-60)  
JOAQUIM HORNIK FILHO - REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA CONTRATADA (CPF 006.638.808-23)  
ASSUNTO: Termo de Aditamento nº 02 de 02/07/2021, que tem como finalidade a prorrogação da vigência do contrato por mais 12 meses, a contar da data de seu vencimento que ocorrerá em 02/07/2021.  
EXERCÍCIO:2021  
INSTRUÇÃO POR-UR-03  
PROCESSO PRINCIPAL:21642.989.19-8  
Considerando o quanto noticiado no relatório de instrução constante do evento 15, assino aos Interessados o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação deste despacho no Diário Oficial do Estado, para que se manifestem, nos termos do artigo 2º, inciso XII, da Lei Complementar estadual nº 709/93, acerca da recomendação proposta pela Fiscalização deste Tribunal.

Alerto que a integral deste processo poderá ser consultada no Sistema do Processo Eletrônico e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br, por advogados e interessados previamente cadastrados e habilitados, nos termos do artigo 17 da Resolução TCESP nº 01/2011.  
Publique-se.  
D E S P A C H O  
PROCESSO:00014827.989.21-1  
CONTRATANTE:PREFETURA MUNICIPAL DE TIETE (CNPJ 46.634.598/0001-71)  
CONTRATADO(A):TIEENSE AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA (CNPJ 57.983.163/0001-00)  
INTERESSADO(A):VLAMIR DE JESUS SANDEI - PREFEITO MUNICIPAL (CPF 020.841.828-83)  
JOSÉ ALEXANDRE ROSA DA SILVA - REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA CONTRATADA (CPF 027.183.948-11)  
LUCINDA RUI DA SILVA - REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA CONTRATADA (CPF 106.076.578-04)  
ASSUNTO:1º Termo de Aditamento ao Contrato nº 28/2020, celebrado em 31/3/2021, tendo por finalidade o aditamento de valor em virtude do acréscimo quantitativo do objeto.  
EXERCÍCIO:2021  
INSTRUÇÃO POR-UR-03  
PROCESSO PRINCIPAL:22317.989.20-0  
Considerando o quanto noticiado no relatório de instrução constante do evento 12, assino aos Interessados o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação deste despacho no Diário Oficial do Estado, para que, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar estadual nº 709/93, apresentem as justificativas que entenderem pertinentes acerca dos apontamentos que, por força do princípio da acessoriedade, foram evocados pela Fiscalização deste Tribunal em relação ao presente termo de aditamento de contrato.  
Alerto que a integral deste processo poderá ser consultada no Sistema do Processo Eletrônico e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br, por advogados e interessados previamente cadastrados e habilitados, nos termos do artigo 17 da Resolução TCESP nº 01/2011.  
Publique-se.  
D E S P A C H O  
PROCESSO:00005491.989.19-0  
ÓRGÃO: CÂMARA MUNICIPAL DE AMPARO (CNPJ 51.301.471/0001-70)  
ADVOGADO: SIMONE DOS SANTOS (OAB/SP 322.043)  
INTERESSADO(A):ESEQUIEL PEREIRA DOS SANTOS (CPF 227.265.698-62)  
ASSUNTO:Contas de Câmara - Exercício de 2019  
EXERCÍCIO:2019  
INSTRUÇÃO POR-UR-19  
Trata-se do pedido de vista feito pela Câmara Municipal de São Vicente, representada pelo seu Presidente, Thiago Alexandre, e por seus Procuradores, Roberto Chibiki Júnior (OAB/SP 240.672) e Nelson Flávio Brito Bandeira (OAB/SP 375.766), nos autos do Processo TC-005491.989.19-0.

Os Autos ainda se encontram em fase de instrução. Assim, eventuais documentos e manifestações na Fiscalização e Órgãos Técnicos pendem de análise por este Relator.  
Ante o exposto, indefiro, por ora, o pedido de vista, sem prejuízo de os requerentes poderem renová-lo após o julgamento da matéria.  
Publique-se.

Despacho  
PROCESSO:00013193.989.21-7  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARUJA (CNPJ 56.901.275/0001-50)  
CONTRATADO(A): ROSS LOCAÇÃO E CONSTRUÇÃO EIRELI (CNPJ 65.906.786/0001-56)  
INTERESSADO(A):  
LUIZ ANTONIO DE CAMARGO - PREFEITO MUNICIPAL (CPF 050.111.028-31)  
RODOLFO RIBEIRO MACHADO - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SERVIÇOS (CPF 300.140.298-98)  
RILEY TEIXEIRA CRUZ - REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA CONTRATADA (CPF 156.437.628-11)  
ASSUNTO: 10º TERMO ADITIVO DE 17 DE MAIO DE 2021  
CONTRATO Nº 2883 DE 17 DE JANEIRO DE 2018  
FINALIDADE: PRORROGAÇÃO DE PRAZO POR 06 MESES E REALISTE DE VALOR.  
EXERCÍCIO: 2021  
INSTRUÇÃO POR: DF-02  
PROCESSO PRINCIPAL: 22107.989.18-8  
Considerando o quanto noticiado no relatório de instrução constante do evento 26, assino aos Interessados o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação deste despacho no Diário Oficial do Estado, para que, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar estadual nº 709/93, apresentem as justificativas que entenderem pertinentes acerca dos apontamentos efetuados pela Fiscalização deste Tribunal.  
Alerto que a integral deste processo poderá ser consultada no Sistema do Processo Eletrônico e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br, por advogados e interessados previamente cadastrados e habilitados, nos termos do artigo 17 da Resolução TCESP nº 01/2011.  
Publique-se.  
PROCESSO: 00014343.989.21-6  
CONTRATANTE: COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP - SECRETARIA DE GOVERNO (CNPJ 62.577.929/0001-35)  
ADVOGADOS(A/S): NATHALIA CALIL CERA (OAB/SP 221.440) / MARCELO DE ARAUJO GENEROSO (OAB/SP 307.753)  
CONTRATADO(A): SOFTWARE AG BRASIL INFORMATICA E SERVICOS LTDA. (CNPJ 07.594.862/0001-39)  
INTERESSADO(A): CARLOS ANDRE DE MARIA DE ARRUDA (CPF 264.722.698-90)  
CARLOS ALBERTO FERNANDES GOMES (CPF 012.838.078-07)  
ASSUNTO: Acompanhamento da execução do contrato nº PRO.00.7530, assinado em 25/06/2019;  
Inexistibilidade de Licitação nº 007/2019;  
Objeto: Prestação de serviços de manutenção, atualização e suporte técnico de produtos Software AG;  
VIGÊNCIA: 12 meses (26/06/2019 a 25/06/2020);  
Valor: R\$ 4.551.310,68.  
EXERCÍCIO: 2019  
INSTRUÇÃO POR: DF-03  
PROCESSO: 00014343.989.21-6  
CONTRATANTE: COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP - SECRETARIA DE GOVERNO (CNPJ 62.577.929/0001-35)  
ADVOGADOS(A/S): NATHALIA CALIL CERA (OAB/SP 221.440) / MARCELO DE ARAUJO GENEROSO (OAB/SP 307.753)  
CONTRATADO(A): SOFTWARE AG BRASIL INFORMATICA E SERVICOS LTDA. (CNPJ 07.594.862/0001-39)  
INTERESSADO(A): CARLOS ANDRE DE MARIA DE ARRUDA (CPF 264.722.698-90)  
ASSUNTO: Processo Administrativo: 20192899  
Edital: Inexistibilidade nº 007/2019  
Licitação: Inexistibilidade nº 007/2019  
Objeto: Contratação do presente a prestação de serviços contínuos de manutenção, atualização e suporte técnico, para os programas de computador relacionados abaixo, instalados em Plataforma zOS e Windows Server  
Contratada: SOFTWARE AG BRASIL INFORMATICA E SERVICOS LTDA CNPJ: 07.594.862/0001-39  
Contrato: PRO.02.7530  
Data da Assinatura: 14/06/2021  
Vigência: 26/06/2021 a 25/06/2022  
EXERCÍCIO: 2021  
INSTRUÇÃO POR: DF-03  
Defiro, por 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação deste Despacho no DOE, a prorrogação de prazo requerida na petição do evento 29 do TC-014343.989.21-6 e evento 73 do TC-019676.989.19-7.  
Publique-se.  
D E S P A C H O  
PROCESSO:00013359.989.21-7  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO RIO PRETO (CNPJ 46.588.950/0001-80)  
ADVOGADO: LUIS ROBERTO THIESI (OAB/SP 146.769)  
CONTRATADO(A): STAFF'S RECURSOS HUMANOS LTDA (CNPJ 00.009.062/0001-64)  
INTERESSADO(A):  
EDSON EDINHO COELHO ARAUJO - PREFEITO MUNICIPAL (CPF 496.630.038-04)  
FABIANA ZANQUETTA DE AZEVEDO - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (CPF 213.872.178-79)  
VÂNIA CRISTINA TARDOQUE - REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA CONTRATADA (CPF 070.400.788-64)  
ASSUNTO: 14º Termo Aditivo Contratual 7DATA DA ASSINATURA: 26/05/2021 FINALIDADE: Fica suspenso pelo prazo de 30 (trinta) dias, retroagindo seus efeitos a 01 de maio de 2021. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE 340 POSTOS.  
EXERCÍCIO: 2021  
INSTRUÇÃO POR: UR-08  
PROCESSO PRINCIPAL: 20245.989.18-1  
PROCESSO: 00013948.989.21-5  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO RIO PRETO (CNPJ 46.588.950/0001-80)  
ADVOGADO: LUIS ROBERTO THIESI (OAB/SP 146.769)  
CONTRATADO(A): STAFF'S RECURSOS HUMANOS LTDA (CNPJ 00.009.062/0001-64)  
INTERESSADO(A):  
EDSON EDINHO COELHO ARAUJO - PREFEITO MUNICIPAL (CPF 496.630.038-04)  
FABIANA ZANQUETTA DE AZEVEDO - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (CPF 213.872.178-79)  
VÂNIA CRISTINA TARDOQUE - REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA CONTRATADA (CPF 070.400.788-64)  
ASSUNTO: 15º Termo Aditivo Contratual 7 SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL DATA DA ASSINATURA: 17/06/2021. OBJETO: Fica suspenso pelo prazo de 30 (trinta) dias, retroagindo seus efeitos a 01 de junho de 2021. A presente suspensão se faz necessária tendo em vista a finalidade de evitar o contágio entre os usuários, não se justificando a necessidade total de prestação dos serviços do referido contrato enquanto persistirem as medidas de isolamento estabelecidas por Decretos do Poder Executivo Municipal e Estadual, a qual será aplicada da seguinte forma: SUSPENSÃO 340 POSTOS.  
EXERCÍCIO: 2021  
INSTRUÇÃO POR: UR-08  
PROCESSO PRINCIPAL: 20245.989.18-1  
PROCESSO: 00014476.989.21-5  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO RIO PRETO (CNPJ 46.588.950/0001-80)  
ADVOGADO: LUIS ROBERTO THIESI (OAB/SP 146.769)  
CONTRATADO(A): STAFF'S RECURSOS HUMANOS LTDA (CNPJ 00.009.062/0001-64)  
INTERESSADO(A):  
EDSON EDINHO COELHO ARAUJO - PREFEITO MUNICIPAL (CPF 496.630.038-04)  
FABIANA ZANQUETTA DE AZEVEDO - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (CPF 213.872.178-79)  
VÂNIA CRISTINA TARDOQUE - REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA CONTRATADA (CPF 070.400.788-64)  
ASSUNTO: 13º Termo Aditivo de 09/04/2021. OBJETO: Suspender o contrato pelo prazo de 30 (trinta) dias, retroagindo seus efeitos a 01 de Abril de 2021.  
EXERCÍCIO: 2021  
INSTRUÇÃO POR: UR-08  
PROCESSO PRINCIPAL: 20245.989.18-1  
Considerando o quanto noticiado nos relatórios de instrução constantes dos eventos 20 do TC-13359.989.21, 19 do TC-13948.989.21 e 17 do TC-14476.989.21, assino aos Interessados o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação deste despacho no Diário Oficial do Estado, para que, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar estadual nº 709/93, apresentem as justificativas que entenderem pertinentes acerca dos apontamentos efetuados pela Fiscalização deste Tribunal.  
Alerto que a integral deste processo poderá ser consultada no Sistema do Processo Eletrônico e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br, por advogados e interessados previamente cadastrados e habilitados, nos termos do artigo 17 da Resolução TCESP nº 01/2011.  
Publique-se.  
D E S P A C H O  
PROCESSO:00013193.989.21-7  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARUJA (CNPJ 56.901.275/0001-50)  
CONTRATADO(A): ROSS LOCAÇÃO E CONSTRUÇÃO EIRELI (CNPJ 65.906.786/0001-56)  
INTERESSADO(A):

LUIZ ANTONIO DE CAMARGO - PREFEITO MUNICIPAL (CPF 050.111.028-31)  
RODOLFO RIBEIRO MACHADO - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SERVIÇOS (CPF 300.140.298-98)  
RILEY TEIXEIRA CRUZ - REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA CONTRATADA (CPF 156.437.628-11)  
ASSUNTO: 10º TERMO ADITIVO DE 17 DE MAIO DE 2021  
CONTRATO Nº 2883 DE 17 DE JANEIRO DE 2018  
FINALIDADE: PRORROGAÇÃO DE PRAZO POR 06 MESES E REALISTE DE VALOR.  
EXERCÍCIO: 2021  
INSTRUÇÃO POR: DF-02  
PROCESSO PRINCIPAL: 22107.989.18-8  
Considerando o quanto noticiado no relatório de instrução constante do evento 26, assino aos Interessados o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação deste despacho no Diário Oficial do Estado, para que, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar estadual nº 709/93, apresentem as justificativas que entenderem pertinentes acerca dos apontamentos efetuados pela Fiscalização deste Tribunal.  
Alerto que a integral deste processo poderá ser consultada no Sistema do Processo Eletrônico e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br, por advogados e interessados previamente cadastrados e habilitados, nos termos do artigo 17 da Resolução TCESP nº 01/2011.  
Publique-se.  
PROCESSO: TC-004723.989.19  
Interessado: Antonio Marcos dos Santos - Prefeito do Município de Aripépolis.  
Advogado: Gustavo Costilhas (OAB/SP 181.103)  
Assunto: Pedido de retirada de pauta do processo em epígrafe da sessão de 14-09-21 da E. 1ª Câmara.  
Indefiro o pedido de retirada de pauta, tendo em vista o deferimento do pedido de sustentação oral para a mesma Sessão.  
Publique-se.  
PROCESSO: TC-003270.989.20-5  
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE AVARE  
RESPONSÁVEL: JOSELYR BENEDITO COSTA SILVESTRE (Período de 01-01-2020 a 31-12-2020)  
ADVOGADA: NATALIE LÚZIA FERNANDES BIAZON (OAB/SP 368.703)  
ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2020  
EXERCÍCIO: 2020  
INSTRUÇÃO POR: UR-02  
Defiro, por 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação deste Despacho no DOE, a prorrogação de prazo requerida na petição do evento 76.  
Publique-se.  
PROCESSO: TC-003059.989.20-2  
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVARES MACHADO  
ADVOGADOS(A/S): JOSÉ AMÉRICO LOMBARDO (OAB/SP 107.319) / (OAB/SP 107.509) / ROSELY DE JESUS LEMOS (OAB/SP 124.850) / MILENA APARECIDA TADIOTTO MARTIMIANO NUNES (OAB/SP 287.616) / ALINE GRAZIELLE FLEITAS CANO (OAB/SP 351.475)  
RESPONSÁVEL: ROGER FERNANDES GASQUES (Período de 01-01-2020 a 31-12-2020)  
ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2020  
EXERCÍCIO: 2020  
INSTRUÇÃO POR: UR-05  
Defiro, por 10 (dez) dias úteis, contados da publicação deste Despacho no DOE, a prorrogação de prazo requerida na petição do evento 85.  
Publique-se.  
PROCESSO: TC-001883.989.21-2  
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA CONCEIÇÃO  
ADVOGADOS(A/S): RAFAEL FRANCESCINI LEITE (OAB/SP 195.852) / CAMILA OLIVEIRA BEZERRA (OAB/SP 239.548)  
RESPONSÁVEL: CARLOS EDUARDO ARANHA DE ALBUQUERQUE  
ASSUNTO: ACOMPANHAMENTO ESPECIAL - COVID-19 - Agosto/2021  
EXERCÍCIO: 2021  
INSTRUÇÃO POR: UR-10  
PROCESSO PRINCIPAL: 6973.989.20-5  
Como resultado do processo de Acompanhamento Especial para verificação da Gestão de Enfrentamento da COVID-19, no âmbito da Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição, a equipe de Fiscalização competente produziu o relatório constante nestes autos (evento 133), relativo a agosto de 2021. Notifico o responsável pela Prefeitura Municipal mencionada para que tome conhecimento do relatório e adote medidas saneadoras em relação aos apontamentos nele contidos. Alerto que a matéria constará, no fechamento do exercício, em itens específicos do Relatório da Fiscalização sobre as contas da Prefeitura de 2021, podendo implicar, dentre outros possíveis efeitos, eventual emissão de parecer prévio desfavorável.  
Publique-se.  
PROCESSO: TC-003307.989.20-2  
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAMAR  
ADVOGADO: (OAB/SP 238.631)  
RESPONSÁVEL: DANILLO BARBOSA MACHADO (Período de 01-01-2020 a 31-12-2020)  
ADVOGADOS(A/S): EDUARDO LEANDRO DE QUEIROZ E SOUZA (OAB/SP 109.013) / GRAZIELA NOBREGA DA SILVA (OAB/SP 247.092) / RODRIGO POZZI BORBA DA SILVA (OAB/SP 262.845)  
ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2020  
EXERCÍCIO: 2020  
INSTRUÇÃO POR: DF-09  
Defiro, por 10 (dez) dias úteis, contados da publicação deste Despacho no DOE, a prorrogação de prazo requerida na petição do evento 85.  
Publique-se.  
PROCESSO: TC-003279.989.20-6  
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARATINGUETÁ  
ADVOGADO: MARCIANO VALEZZI JUNIOR (OAB/SP 112.921)  
RESPONSÁVEL: MARCUS AUGUSTIN SOLIVA (Período de 01-01-2020 a 05-01-2020 e de 26-01-2020 a 31-12-2020)  
REGIS LEANDRO YASUMURA (Período de 06-01-2020 a 25-01-2020)  
ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2020  
EXERCÍCIO: 2020  
INSTRUÇÃO POR: UR-03  
Defiro, por 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação deste Despacho no DOE, a prorrogação de prazo requerida na petição do evento 85.  
Publique-se.  
PROCESSO: TC-001873.989.21-4  
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTIINHO  
ADVOGADOS(A/S): JOAO MARCELO DE PAIVA AGOSTINI (OAB/SP 198.466) / JORGE EDUARDO VASCONCELOS ZANGARI RINI (OAB/SP 252.707)  
RESPONSÁVEL: HELIO FRANZOL BERNARDINO  
ASSUNTO: ACOMPANHAMENTO ESPECIAL - COVID-19 - Agosto/2021  
EXERCÍCIO: 2021  
INSTRUÇÃO POR: UR-10  
Como resultado do processo de Acompanhamento Especial para verificação da Gestão de Enfrentamento da COVID-19, no âmbito da Prefeitura Municipal de Saltilinho, a equipe de Fiscalização competente produziu o relatório constante nestes autos (evento 106), relativo a agosto de 2021. Notifico o responsável pela Prefeitura Municipal mencionada para que tome conhecimento do relatório e adote medidas saneadoras em relação aos apontamentos nele contidos. Alerto que a matéria constará, no fechamento do exercício, em itens específicos do Relatório da Fiscalização sobre as contas da Prefeitura de 2021, podendo implicar, dentre outros possíveis efeitos, eventual emissão de parecer prévio desfavorável.  
Publique-se.  
PROCESSO: TC-000887.989.21-8  
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CACAPAVA  
ADVOGADOS(A/S): MARCELO PALAVERI (OAB/SP 114.164) / FLAVIA MARIA PALAVERI (OAB/SP 137.889) / RUTH DOS REIS COSTA (OAB/SP 188.312) / RENATA MARIA PALAVERI ZAMARO (OAB/SP 376.248) / OLGA AMELIA GONZAGA VIEIRA (OAB/SP 402.771) / THIAGO ALBERTO FREITAS VARISI (OAB/SP 422.843) / BARBARA SANCHES ESTEVES (OAB/SP 444.821)  
RESPONSÁVEL: PETALA GONCALVES LACERDA  
ASSUNTO: Acompanhamento Especial - Covid-19 - Agosto/2021.  
EXERCÍCIO: 2021  
INSTRUÇÃO POR: UR-07  
PROCESSO PRINCIPAL: 7184.989.20-0  
Como resultado do processo de Acompanhamento Especial para verificação da Gestão de Enfrentamento da COVID-19, no âmbito da Prefeitura Municipal de Cacapava, a equipe de Fiscalização competente produziu o relatório constante nestes autos (evento 129), relativo a agosto de 2021. Notifico o responsável pela Prefeitura Municipal mencionada para que tome conhecimento do relatório e adote medidas saneadoras em relação aos apontamentos nele contidos. Alerto que a matéria constará, no fechamento do exercício, em itens específicos do Relatório da Fiscalização sobre as contas da Prefeitura de 2021, podendo implicar, dentre outros possíveis efeitos, eventual emissão de parecer prévio desfavorável.  
Publique-se.  
PROCESSO: TC-001751.989.21-1  
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRINHA  
RESPONSÁVEL: JOSE MARCOS MARTINS  
ASSUNTO: ACOMPANHAMENTO ESPECIAL - COVID-19 - Agosto/2021  
EXERCÍCIO: 2021  
INSTRUÇÃO POR: UR-06  
PROCESSO PRINCIPAL: 7230.989.20-4  
Como resultado do processo de Acompanhamento Especial para verificação da Gestão de Enfrentamento da COVID-19, no âmbito da Prefeitura Municipal de Barrinha, a equipe de Fiscalização competente produziu o relatório constante nestes autos (evento 149), relativo a agosto de 2021. Notifico o responsável pela Prefeitura Municipal mencionada para que tome conhecimento do relatório e adote medidas saneadoras em relação aos apontamentos nele contidos. Alerto que a matéria constará, no fechamento do exercício, em itens específicos do Relatório da Fiscalização sobre as contas da Prefeitura de 2021, podendo implicar, dentre outros possíveis efeitos, eventual emissão de parecer prévio desfavorável.  
Publique-se.  
PROCESSO: TC-002267.989.21-8  
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI GUACU  
ADVOGADOS(A/S): ANTONIO SERGIO BATISTA (OAB/SP 171.111) / JOSÉ MAURÍCIO CONCEIÇÃO (OAB/SP 111.571) / JULIANA RODAS ARANHA (OAB/SP 326.807)  
RESPONSÁVEL: RODRIGO FALSETTI  
ASSUNTO: ACOMPANHAMENTO ESPECIAL - COVID-19 - Agosto/2021  
EXERCÍCIO: 2021  
INSTRUÇÃO POR: UR-14  
PROCESSO PRINCIPAL: 7307.989.20-2  
Como resultado do processo de Acompanhamento Especial para verificação da Gestão de Enfrentamento da COVID-19, no âmbito da Prefeitura Municipal de Mogi Guçu, a equipe de Fiscalização competente produziu o relatório constante nestes autos (evento 162), relativo a agosto de 2021. Notifico o responsável pela Prefeitura Municipal mencionada para que tome conhecimento do relatório e adote medidas saneadoras em relação aos apontamentos nele contidos. Alerto que a matéria constará, no fechamento do exercício, em itens específicos do Relatório da Fiscalização sobre as contas da Prefeitura de 2021, podendo implicar, dentre outros possíveis efeitos, eventual emissão de parecer prévio desfavorável.  
Publique-se.  
PROCESSO: TC-002259.989.21-8  
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO  
ADVOGADO: DIOGENES GORI SANTIAGO (OAB/SP 92.458)  
RESPONSÁVEL: THALES GABRIEL FONSECA  
ADVOGADO: PAULO SERGIO MENDES DE CARVALHO (OAB/SP 131.979)  
ASSUNTO: ACOMPANHAMENTO ESPECIAL - COVID-19 - Agosto/2021  
EXERCÍCIO: 2021  
INSTRUÇÃO POR: UR-19  
PROCESSO PRINCIPAL: 7192.989.20-0  
Como resultado do processo de Acompanhamento Especial para verificação da Gestão de Enfrentamento da COVID-19, no âmbito da Prefeitura Municipal de Cruzeiro, a equipe de Fiscalização competente produziu o relatório constante nestes autos (evento 133), relativo a agosto de 2021. Notifico o responsável pela Prefeitura Municipal mencionada para que tome conhecimento do relatório e adote medidas saneadoras em relação aos apontamentos nele contidos. Alerto que a matéria constará, no fechamento do exercício, em itens específicos do Relatório da Fiscalização sobre as contas da Prefeitura de 2021, podendo implicar, dentre outros possíveis efeitos, eventual emissão de parecer prévio desfavorável.  
Publique-se.  
PROCESSO: TC-001827.989.21-1  
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCHAL  
ADVOGADOS(A/S): DANIELA FRANCINE TORRES (OAB/SP 202.802) / JULIO CESAR MACHADO (OAB/SP 330.136)  
RESPONSÁVEL: LUIZ WANDERLEI MACIUSOSON  
ASSUNTO: ACOMPANHAMENTO ESPECIAL - COVID-19 - Agosto/2021  
EXERCÍCIO: 2021  
INSTRUÇÃO POR: UR-10  
PROCESSO PRINCIPAL: 6763.989.20-9  
Como resultado do processo de Acompanhamento Especial para verificação da Gestão de Enfrentamento da COVID-19, no âmbito da Prefeitura Municipal de Conchal, a equipe de Fiscalização competente produziu o relatório constante nestes autos (evento 162), relativo a junho de 2021. Notifico o responsável pela Prefeitura Municipal mencionada para que tome conhecimento do relatório e adote medidas saneadoras em relação aos apontamentos nele contidos. Alerto que a matéria constará, no fechamento do exercício, em itens específicos do Relatório da Fiscalização sobre as contas da Prefeitura de 2021, podendo implicar, dentre outros possíveis efeitos, eventual emissão de parecer prévio desfavorável.  
Publique-se.  
PROCESSO: TC-000887.989.21-8  
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CACAPAVA  
ADVOGADOS(A/S): MARCELO PALAVERI (OAB/SP 114.164) / FLAVIA MARIA PALAVERI (OAB/SP 137.889) / RUTH DOS REIS COSTA (OAB/SP 188.312) / RENATA MARIA PALAVERI ZAMARO (OAB/SP 376.248) / OLGA AMELIA GONZAGA VIEIRA (OAB/SP 402.771) / THIAGO ALBERTO FREITAS VARISI (OAB/SP 422.843) / BARBARA SANCHES ESTEVES (OAB/SP 444.821)  
RESPONSÁVEL: PETALA GONCALVES LACERDA  
ASSUNTO: Acompanhamento Especial - Covid-19 - Agosto/2021.  
EXERCÍCIO: 2021  
INSTRUÇÃO POR: UR-07  
PROCESSO PRINCIPAL: 7184.989.20-0  
Como resultado do processo de Acompanhamento Especial para verificação da Gestão de Enfrentamento da COVID-19, no âmbito da Prefeitura Municipal de Cacapava, a equipe de Fiscalização competente produziu o relatório constante nestes autos (evento 129), relativo a agosto de 2021. Notifico o responsável pela Prefeitura Municipal mencionada para que tome conhecimento do relatório e adote medidas saneadoras em relação aos apontamentos nele contidos. Alerto que a matéria constará, no fechamento do exercício, em itens específicos do Relatório da Fiscalização sobre as contas da Prefeitura de 2021, podendo implicar, dentre outros possíveis efeitos, eventual emissão de parecer prévio desfavorável.  
Publique-se.  
PROCESSO: TC-001751.989.21-1  
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRINHA  
RESPONSÁVEL: JOSE MARCOS MARTINS  
ASSUNTO: ACOMPANHAMENTO ESPECIAL - COVID-19 - Agosto/2021  
EXERCÍCIO: 2021  
INSTRUÇÃO POR: UR-06  
PROCESSO PRINCIPAL: 7230.989.20-4  
Como resultado do processo de Acompanhamento Especial para verificação da Gestão de Enfrentamento da COVID-19, no âmbito da Prefeitura Municipal de Barrinha, a equipe de Fiscalização competente produziu o relatório constante nestes autos (evento 149), relativo a agosto de 2021. Notifico o responsável pela Prefeitura Municipal mencionada para que tome conhecimento do relatório e adote medidas saneadoras em relação aos apontamentos nele contidos. Alerto que a matéria constará, no fechamento do exercício, em itens específicos do Relatório da Fiscalização sobre as contas da Prefeitura de 2021, podendo implicar, dentre outros possíveis efeitos, eventual emissão de parecer prévio desfavorável.  
Publique-se.  
PROCESSO: TC-002267.989.21-8  
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI GUACU  
ADVOGADOS(A/S): ANTONIO SERGIO BATISTA (OAB/SP 171.111) / JOSÉ MAURÍCIO CONCEIÇÃO (OAB/SP 111.571) / JULIANA RODAS ARANHA (OAB/SP 326.807)  
RESPONSÁVEL: RODRIGO FALSETTI  
ASSUNTO: ACOMPANHAMENTO ESPECIAL - COVID-19 - Agosto/2021  
EXERCÍCIO: 2021  
INSTRUÇÃO POR: UR-14  
PROCESSO PRINCIPAL: 7307.989.20-2  
Como resultado do processo de Acompanhamento Especial para verificação da Gestão de Enfrentamento da COVID-19, no âmbito da Prefeitura Municipal de Mogi Guçu, a equipe de Fiscalização competente produziu o relatório constante nestes autos (evento 162), relativo a agosto de 2021. Notifico o responsável pela Prefeitura Municipal mencionada para que tome conhecimento do relatório e adote medidas saneadoras em relação aos apontamentos nele contidos. Alerto que a matéria constará, no fechamento do exercício, em itens específicos do Relatório da Fiscalização sobre as contas da Prefeitura de 2021, podendo implicar, dentre outros possíveis efeitos, eventual emissão de parecer prévio desfavorável.  
Publique-se.  
PROCESSO: TC-002259.989.21-8  
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO  
ADVOGADO: DIOGENES GORI SANTIAGO (OAB/SP 92.458)  
RESPONSÁVEL: THALES GABRIEL FONSECA  
ADVOGADO: PAULO SERGIO MENDES DE CARVALHO (OAB/SP 131.979)  
ASSUNTO: ACOMPANHAMENTO ESPECIAL - COVID-19 - Agosto/2021  
EXERCÍCIO: 2021  
INSTRUÇÃO POR: UR-19  
PROCESSO PRINCIPAL: 7192.989.20-0  
Como resultado do processo de Acompanhamento Especial para verificação da Gestão de Enfrentamento da COVID-19, no âmbito da Prefeitura Municipal de Cruzeiro, a equipe de Fiscalização competente produziu o relatório constante nestes autos (evento 133), relativo a agosto de 2021. Notifico o responsável pela Prefeitura Municipal mencionada para que tome conhecimento do relatório e adote medidas saneadoras em relação aos apontamentos nele contidos. Alerto que a matéria constará, no fechamento do exercício, em itens específicos do Relatório da Fiscalização sobre as contas da Prefeitura de 2021, podendo implicar, dentre outros possíveis efeitos, eventual emissão de parecer prévio desfavorável.  
Publique-se.  
PROCESSO: TC-001827.989.21-1  
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCHAL  
ADVOGADOS(A/S): DANIELA FRANCINE TORRES (OAB/SP 202.802) / JULIO CESAR MACHADO (OAB/SP 330.136)  
RESPONSÁVEL: LUIZ WANDERLEI MACIUSOSON  
ASSUNTO: ACOMPANHAMENTO ESPECIAL - COVID-19 - Agosto/2021  
EXERCÍCIO: 2021  
INSTRUÇÃO POR: UR-10  
PROCESSO PRINCIPAL: 6763.989.20-9  
Como resultado do processo de Acompanhamento Especial para verificação da Gestão de Enfrentamento da COVID-19, no âmbito da Prefeitura Municipal de Conchal, a equipe de Fiscalização competente produziu o relatório constante nestes autos (evento 162), relativo a junho de 2021. Notifico o responsável pela Prefeitura Municipal mencionada para que tome conhecimento do relatório e adote medidas saneadoras em relação aos apontamentos nele contidos. Alerto que a matéria constará, no fechamento do exercício, em itens específicos do Relatório da Fiscalização sobre as contas da Prefeitura de 2021, podendo implicar, dentre outros possíveis efeitos, eventual emissão de parecer prévio desfavorável.  
Publique-se.  
PROCESSO: TC-000887.989.21-8  
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CACAPAVA  
ADVOGADOS(A/S): MARCELO PALAVERI (OAB/SP 114.164) / FLAVIA MARIA PALAVERI (OAB/SP 137.889) / RUTH DOS REIS COSTA (OAB/SP 188.312) / RENATA MARIA PALAVERI ZAMARO (OAB/SP 376.248) / OLGA AMELIA GONZAGA VIEIRA (OAB/SP 402.771) / THIAGO ALBERTO FREITAS VARISI (OAB/SP 422.843) / BARBARA SANCHES ESTEVES (OAB/SP 444.821)  
RESPONSÁVEL: PETALA GONCALVES LACERDA  
ASSUNTO: Acompanhamento Especial - Covid-19 - Agosto/2021.  
EXERCÍCIO: 2021  
INSTRUÇÃO POR: UR-07  
PROCESSO PRINCIPAL: 7184.989.20-0  
Como resultado do processo de Acompanhamento Especial para verificação da Gestão de Enfrentamento da COVID-19, no âmbito da Prefeitura Municipal de Cacapava, a equipe de Fiscalização competente produziu o relatório constante nestes autos (evento 129), relativo a agosto de 2021. Notifico o responsável pela Prefeitura Municipal mencionada para que tome conhecimento do relatório e adote medidas saneadoras em relação aos apontamentos nele contidos. Alerto que a matéria constará, no fechamento do exercício, em itens específicos do Relatório da Fiscalização sobre as contas da Prefeitura de 2021, podendo implicar, dentre outros possíveis efeitos, eventual emissão de parecer prévio desfavorável.  
Publique-se.  
PROCESSO: TC-001751.989.21-1  
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRINHA  
RESPONSÁVEL: JOSE MARCOS MARTINS  
ASSUNTO: ACOMPANHAMENTO ESPECIAL - COVID-19 - Agosto/2021  
EXERCÍCIO: 2021  
INSTRUÇÃO POR: UR-06  
PROCESSO PRINCIPAL: 7230.989.20-4  
Como resultado do processo de Acompanhamento Especial para verificação da Gestão de Enfrentamento da COVID-19, no âmbito da Prefeitura Municipal de Barrinha, a equipe de Fiscalização competente produziu o relatório constante nestes autos (evento 149), relativo a agosto de 2021. Notifico o responsável pela Prefeitura Municipal mencionada para que tome conhecimento do relatório e adote medidas saneadoras em relação aos apontamentos nele contidos. Alerto que a matéria constará, no fechamento do exercício, em itens específicos do Relatório da Fiscalização sobre as contas da Prefeitura de 2021, podendo implicar, dentre outros possíveis efeitos, eventual emissão de parecer prévio desfavorável.  
Publique-se.  
PROCESSO: TC-002267.989.21-8  
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI GUACU  
ADVOGADOS(A/S): ANTONIO SERGIO BATISTA (OAB/SP 171.111) / JOSÉ MAURÍCIO CONCEIÇÃO (OAB/SP 111.571) / JULIANA RODAS ARANHA (OAB/SP 326.807)  
RESPONSÁVEL: RODRIGO FALSETTI  
ASSUNTO: ACOMPANHAMENTO ESPECIAL - COVID-19 - Agosto/2021  
EXERCÍCIO: 2021  
INSTRUÇÃO POR: UR-14  
PROCESSO PRINCIPAL: 7307.989.20-2  
Como resultado do processo de Acompanhamento



lização competente produziu o relatório constante nestes autos (evento 97), relativo a agosto de 2021. Notifico a responsável pela Prefeitura Municipal mencionada para que tome conhecimento do relatório e adote medidas saneadoras em relação aos apontamentos nele contidos. Alerto que a matéria constará, no fechamento do exercício, em itens específicos do Relatório da Fiscalização sobre as contas da Prefeitura de 2021, podendo implicar, dentre outros possíveis efeitos, eventual emissão de parecer prévio desfavorável.

**PUBLIQUE-SE.**  
**PROCESSO: TC-001505.989.21-0**  
**ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS**  
**ADVOGADOS(AS): ANTONIO CARLOS ZOVIN DE BARROS FERNANDES (OAB/SP 231.360) / EDMA DOS SANTOS SILVA (OAB/SP 320.221)**  
**RESPONSÁVEL: GUSTAVO HENRIC COSTA**  
**ADVOGADOS(AS): JOSE AMERICO LOMBARDI (OAB/SP 107.319) / (OAB/SP 107.509) / ROSELEY DE JESUS LEMOS (OAB/SP 124.850) / MILENA APARECIDA TADIOTTO MARTIMIANO NUNES (OAB/SP 287.616) / ALINE GRAZIELLE FLEITAS CAHO (OAB/SP 351.475)**

**ASSUNTO: ACOMPANHAMENTO ESPECIAL - COVID-19 - Agosto/2021**  
**EXERCÍCIO: 2021**  
**INSTRUÇÃO POR: DF-02**

**PROCESSO PRINCIPAL: 7330.989.20-3**  
Como resultado do processo de Acompanhamento Especial para verificação da Gestão de Enfrentamento da COVID-19, no âmbito da Prefeitura Municipal de Guarulhos, a equipe de Fiscalização competente produziu o relatório constante nestes autos (evento 153), relativo a agosto de 2021. Notifico o responsável pela Prefeitura Municipal mencionada para que tome conhecimento do relatório e adote medidas saneadoras em relação aos apontamentos nele contidos. Alerto que a matéria constará, no fechamento do exercício, em itens específicos do Relatório da Fiscalização sobre as contas da Prefeitura de 2021, podendo implicar, dentre outros possíveis efeitos, eventual emissão de parecer prévio desfavorável.

**PUBLIQUE-SE.**  
**PROCESSO: TC-001224.989.21-0**  
**ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALUMÍNIO**  
**ADVOGADA: GLAUCIA GOMES DE ALMEIDA (OAB/SP 291.897)**

**RESPONSÁVEL: ANTONIO PIASSENTINI**  
**ASSUNTO: Acompanhamento especial - Covid-19 - Agosto/2021**  
**EXERCÍCIO: 2021**  
**INSTRUÇÃO POR: UR-09**  
**PROCESSO PRINCIPAL: 7041.989.20-3**

Como resultado do processo de Acompanhamento Especial para verificação da Gestão de Enfrentamento da COVID-19, no âmbito da Prefeitura Municipal de Aluminio, a equipe de Fiscalização competente produziu o relatório constante nestes autos (evento 146), relativo a agosto de 2021. Notifico o responsável pela Prefeitura Municipal mencionada para que tome conhecimento do relatório e adote medidas saneadoras em relação aos apontamentos nele contidos. Alerto que a matéria constará, no fechamento do exercício, em itens específicos do Relatório da Fiscalização sobre as contas da Prefeitura de 2021, podendo implicar, dentre outros possíveis efeitos, eventual emissão de parecer prévio desfavorável.

**PUBLIQUE-SE.**  
**PROCESSO: TC-001825.989.21-3**  
**ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CHARQUEADA**  
**ADVOGADOS: EMERSON DE HYPOLOTO (OAB/SP 147.410) / CARLOS EDUARDO DE SOUZA DEL PINO (OAB/SP 263.820)**

**RESPONSÁVEL: RODRIGO DE ARRUDA**  
**ASSUNTO: ACOMPANHAMENTO ESPECIAL - COVID-19 - Agosto/2021**  
**EXERCÍCIO: 2021**  
**INSTRUÇÃO POR: UR-10**  
**PROCESSO PRINCIPAL: 7074.989.20-3**

Como resultado do processo de Acompanhamento Especial para verificação da Gestão de Enfrentamento da COVID-19, no âmbito da Prefeitura Municipal de Charqueada, a equipe de Fiscalização competente produziu o relatório constante nestes autos (evento 130), relativo a agosto de 2021. Notifico o responsável pela Prefeitura Municipal mencionada para que tome conhecimento do relatório e adote medidas saneadoras em relação aos apontamentos nele contidos. Alerto que a matéria constará, no fechamento do exercício, em itens específicos do Relatório da Fiscalização sobre as contas da Prefeitura de 2021, podendo implicar, dentre outros possíveis efeitos, eventual emissão de parecer prévio desfavorável.

**PUBLIQUE-SE.**  
**D E S P A C H O**  
**PROCESSO:00013470.989.21-1**  
**CONTRATANTE:PREFETURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO RIO PRETO (CNPJ 46.588.950/0001-80)**

**ADVOGADO: LUIS ROBERTO THIES (OAB/SP 146.769)**  
**CONTRATADO(A):CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA (CNPJ 06.291.846/0001-04)**  
**INTERESSADO(A):EDSON EDINHO COELHO ARAUJO - PREFEITO MUNICIPAL (CPF 496.630.038-04)**  
**KÁTIA REGINA PENTEADO CASEMIRO - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO (CPF 057.714.288-76)**

**DENNER FERNANDES BEATO - REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA CONTRATADA (CPF 109.450.338-00)**  
**ASSUNTO:DISPENSA DE LICITAÇÃO: 058/2021. CONTRATO: DI010022/2021, de 21 de maio de 2021. OBJETO: Serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos domiciliares e comerciais do Município de São José do Rio Preto/SP. VIGÊNCIA: 180 DIAS.**

**EXERCÍCIO:2020**  
**INSTRUÇÃO POR:UR-08**  
**PROCESSO(S) DEPENDENTES(S):00014032.989.21-2, 00014195.989.21-5, 00018006.989.21-4**  
**PROCESSO:00014032.989.21-2**

**CONTRATANTE:PREFETURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO RIO PRETO (CNPJ 46.588.950/0001-80)**  
**ADVOGADO: LUIS ROBERTO THIES (OAB/SP 146.769)**  
**CONTRATADO(A):CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA (CNPJ 06.291.846/0001-04)**

**INTERESSADO(A):EDSON EDINHO COELHO ARAUJO - PREFEITO MUNICIPAL (CPF 496.630.038-04)**  
**KÁTIA REGINA PENTEADO CASEMIRO - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO (CPF 057.714.288-76)**

**DENNER FERNANDES BEATO - REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA CONTRATADA (CPF 109.450.338-00)**  
**ASSUNTO:TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL. Data de assinatura: 16/06/2021.FINALIDADE: A rescisão é justificada em razão do disposto no subitem 2.1.1 da Clausula Segunda do Contrato DI010022/21 e, também, em razão da Homologação, Adjuicação e contratação derivada da Concorrência Pública nº 01/2020 ? Processo nº 1194/2020. Resulta-se que o presente termo é formalizado, em comum acordo, com ambas as partes declarando nesta oportunidade que a presente rescisão amigável não se dispensará do cumprimento das obrigações contratuais eventualmente pendentes, que serão apuradas e quitadas em procedimento administrativo próprio, tampouco impedirá a aplicação das sanções administrativas porventura cabíveis, considerando encerrada esta averbação em 18 de junho de 2021 (inclusive) eis que a Contratada renunciou ao prazo de 30 (trinta) dias para cessar a prestação dos serviços conforme lhe faculto a subitem 2.1.1.1 do Contrato DI010022/21.**

**EXERCÍCIO:2021**

**INSTRUÇÃO POR:UR-08**  
**PROCESSO PRINCIPAL: 13470.989.21-1**  
**PROCESSO:00014195.989.21-5**

**CONTRATANTE:PREFETURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO RIO PRETO (CNPJ 46.588.950/0001-80)**  
**ADVOGADO: LUIS ROBERTO THIES (OAB/SP 146.769)**  
**CONTRATADO(A):CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA (CNPJ 06.291.846/0001-04)**

**INTERESSADO(A):EDSON EDINHO COELHO ARAUJO - PREFEITO MUNICIPAL (CPF 496.630.038-04)**  
**KÁTIA REGINA PENTEADO CASEMIRO - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO (CPF 057.714.288-76)**

**DOUGLAS SIQUEIRA GUEDES - RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL**  
**JOÃO VÍTOR CHAVES DA SILVA - RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL**

**LOURIVAL MORAIS - RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL**  
**RAFAEL MANIER CARDOSO GOMES - RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL**

**RENAN TREVIAM - RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL**  
**DENNER FERNANDES BEATO - REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA CONTRATADA (CPF 109.450.338-00)**

**ASSUNTO:CONTRATO Nº DI010022/2021. OBJETO: Serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos domiciliares e comerciais do Município de São José do Rio Preto/SP, conforme especificações técnicas e documentação anexas ao Processo.**

**EXERCÍCIO:2021**  
**INSTRUÇÃO POR:UR-08**  
**PROCESSO PRINCIPAL:13470.989.21-1**

Considerando o quanto noticiado nos relatórios de instrução constantes dos eventos 27 do TC-13470.989.21, 12 do TC-14022.989.21 e 18 do TC-14195.989.21, assino aos Interessados o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação deste despacho no Diário Oficial do Estado, para que, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar estadual nº 709/93, apresentem as justificativas que entenderem pertinentes acerca dos apontamentos efetuados pela Fiscalização deste Tribunal.

Alerto que a integra destes processos poderá ser consultada no Sistema do Processo Eletrônico e-TCESP na página [www.tce.sp.gov.br](http://www.tce.sp.gov.br), por advogados e interessados previamente cadastrados e habilitados, nos termos do artigo 17 da Resolução TCESP nº 01/2011.

**PUBLIQUE-SE.**  
**D E S P A C H O**  
**PROCESSO:00015158.989.21-0**  
**CONTRATANTE:PREFETURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM (CNPJ 46.624.051/0001-76)**

**CONTRATADO(A):GOLDEN SERVICOS E EMPREENDIMIENTOS TECNICOS LTDA (CNPJ 11.917.008/0001-33)**  
**INTERESSADO(A):S:FABÍOLA ALVES DA SILVA PEDRICO - PREFEITA MUNICIPAL (CPF 312.506.598-41)**  
**SÍLVIO JOSÉ DIEGO ANDRADE - REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA CONTRATADA (CPF 353.335.078-99)**

**ASSUNTO:Contrato nº 15/2021 de 27/4/2021; Licitação: Pregão Eletrônico nº 9/2020. Objeto: execução de serviços contínuos de pré-preparo, preparo e distribuição da merenda escolar, fornecendo mão de obra, supervisão, manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos e utensílios utilizados e limpeza e conservação das áreas abrangidas (cozinha e estoque), para atender ao programa de alimentação escolar nas unidades educacionais e entidades convênias de responsabilidade do município.**

**EXERCÍCIO:2021**  
**INSTRUÇÃO POR:UR-09**  
**PROCESSO(S) DEPENDENTES(S):00015481.989.21-8**

Considerando o quanto noticiado no relatório de instrução constante do evento 27, assino aos Interessados o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação deste despacho no Diário Oficial do Estado, para que, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar estadual nº 709/93, apresentem as justificativas que entenderem pertinentes acerca dos apontamentos efetuados pela Fiscalização deste Tribunal.

Alerto que a integra deste processo poderá ser consultada no Sistema do Processo Eletrônico e-TCESP, na página [www.tce.sp.gov.br](http://www.tce.sp.gov.br), por advogados e interessados previamente cadastrados e habilitados, nos termos do artigo 17 da Resolução TCESP nº 01/2011.

**PUBLIQUE-SE.**  
**D E S P A C H O**  
**PROCESSO:00014397.989.21-1**  
**CONTRATANTE:PREFETURA MUNICIPAL DE OSASCO (CNPJ 46.523.171/0001-04)**

**CONTRATADO(A):STAREX REMOCÕES E SERVIÇOS MEDICOS LTDA (CNPJ 10.718.875/0001-87)**  
**INTERESSADO(A):ROGERIO LINS WANDERLEY - PREFEITO MUNICIPAL (CPF 290.633.018-39)**  
**FERNANDO MACHADO OLIVEIRA - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE (CPF 182.369.788-77)**

**ALEXANDRE TONICELLI - REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA CONTRATADA (CPF 248.982.028-10)**  
**ASSUNTO:Processo Administrativo n. 18.802/2020**  
**Dispensa Licitação - Lei 13.979/2020 COVID 19**  
**Termo de contrato n. 114/2020**

**OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos tripulados para atendimento de Secretaria do Município de Osasco, visando o enfrentamento a Pandemia COVID-19.**

**Vigência: 22/12/2020 a 22/03/2021**  
**Valor: R\$ 315.000,00**  
**EXERCÍCIO:2020**  
**INSTRUÇÃO POR:DF-07**  
**PROCESSO(S) DEPENDENTES(S):00014647.989.21-9, 00014806.989.21-6**

**PROCESSO:00014806.989.21-6**  
**CONTRATANTE:PREFETURA MUNICIPAL DE OSASCO (CNPJ 46.523.171/0001-04)**  
**ADVOGADO: LUIS ROBERTO THIES (OAB/SP 146.769)**

**CONTRATADO(A):STAREX REMOCÕES E SERVIÇOS MEDICOS LTDA (CNPJ 10.718.875/0001-87)**  
**INTERESSADO(A):ROGERIO LINS WANDERLEY - PREFEITO MUNICIPAL (CPF 290.633.018-39)**  
**FERNANDO MACHADO OLIVEIRA - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE (CPF 182.369.788-77)**

**ALEXANDRE TONICELLI - GESTORA DO CONTRATO**  
**ALEXANDRE TONICELLI - REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA CONTRATADA (CPF 248.982.028-10)**  
**ASSUNTO:Acompanhamento de Execução Contratual referente ao TC-014397.989.21-1**

**EXERCÍCIO:2020**  
**INSTRUÇÃO POR:DF-07**  
**PROCESSO PRINCIPAL:14397.989.21-1**

Considerando o quanto noticiado nos relatórios de instrução constantes dos eventos 24 do TC-14397.989.21 e 14 do TC-14806.989.21, assino aos Interessados o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação deste despacho no Diário Oficial do Estado, para que, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar estadual nº 709/93, apresentem as justificativas que entenderem pertinentes acerca dos apontamentos efetuados pela Fiscalização deste Tribunal.

Alerto que a integra destes processos poderá ser consultada no Sistema do Processo Eletrônico e-TCESP na página [www.tce.sp.gov.br](http://www.tce.sp.gov.br), por advogados e interessados previamente cadastrados e habilitados, nos termos do artigo 17 da Resolução TCESP nº 01/2011.

**PUBLIQUE-SE.**

**D E S P A C H O**  
**PROCESSO:00014399.989.21-9**  
**CONTRATANTE:PREFETURA MUNICIPAL DE OSASCO (CNPJ 46.523.171/0001-04)**

**CONTRATADO(A):STAREX REMOCÕES E SERVIÇOS MEDICOS LTDA (CNPJ 10.718.875/0001-87)**  
**INTERESSADO(A):ROGERIO LINS WANDERLEY - PREFEITO MUNICIPAL (CPF 290.633.018-39)**  
**FERNANDO MACHADO OLIVEIRA - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE (CPF 182.369.788-77)**

**ALEXANDRE TONICELLI - REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA CONTRATADA (CPF 248.982.028-10)**  
**ASSUNTO:Processo Administrativo n.4360/2021**  
**Dispensa Licitação - Lei 8666/1993 Art.24 IV**  
**Termo de Contrato n.018/2021**

**OBJETO: Prestação de serviços de locação de 04 (quatro) veículos tipo ambulância equipados e tripulados para transporte inter - hospitalar de pacientes, no âmbito municipal e intermunicipal, com condutor, para atender os usuários da rede pública de saúde de Osasco, em caráter emergencial, conforme termo de referência às fls. 07/27, proposta comercial da contratada às fls. 39/41, despacho de autorização do secretário de saúde às fls. 141 e parecer jurídico às 153/157, constantes do processo administrativo nº04360/2021.**

**Vigência: 15/03/2021 a 29/04/2021**  
**Valor: R\$ 229.500,00**  
**EXERCÍCIO:2021**  
**INSTRUÇÃO POR:DF-07**  
**PROCESSO(S) DEPENDENTES(S):00014903.989.21-8, 00015546.989.21-1, 00017528.989.21-3**

Considerando o quanto noticiado no relatório de instrução constante do evento 25, assino aos Interessados o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação deste despacho no Diário Oficial do Estado, para que, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar estadual nº 709/93, apresentem as justificativas que entenderem pertinentes acerca dos apontamentos efetuados pela Fiscalização deste Tribunal.

Alerto que a integra deste processo poderá ser consultada no Sistema do Processo Eletrônico e-TCESP, na página [www.tce.sp.gov.br](http://www.tce.sp.gov.br), por advogados e interessados previamente cadastrados e habilitados, nos termos do artigo 17 da Resolução TCESP nº 01/2011.

**PUBLIQUE-SE.**  
**D E S P A C H O**  
**PROCESSO:00019809.989.19-7**  
**CONTRATANTE:PREFETURA MUNICIPAL DE DOURADO (CNPJ 51.814.960/0001-26)**

**ADVOGADOS(AS): RITA DE CÁSSIA GOMES DE OLIVEIRA (OAB/SP 199.475) / ROGERIO FABIANO MESCHINI (OAB/SP 219.635)**  
**CONTRATADO(A):BARROSO RIOS SERVICOS E COMERCIO EIRELI (CNPJ 17.483.583/0001-51)**

**INTERESSADO(A):LUIZ ANTONIO ROGANTE JUNIOR (CPF 308.794.098-43)**  
**ANTONIA ALEXANDRINA PINTO BARROSO RIOS (CPF 413.667.863-00)**  
**ASSUNTO:CONTRATO 42/2018 ? CONVITE 10/2018**

**OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de execução de obra de reforma do CIREC, com fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos necessários, conforme cronograma físico financeiro, memorial descritivo e planilha orçamentária em anexo, com fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos necessários, conforme especificações do projeto básico Anexo I, deste Convite.**

**EXERCÍCIO:2018**  
**INSTRUÇÃO POR:UR-13**  
**PROCESSO:00019809.989.19-7**  
**CONTRATANTE:PREFETURA MUNICIPAL DE DOURADO (CNPJ 51.814.960/0001-26)**

**ADVOGADOS(AS): RITA DE CÁSSIA GOMES DE OLIVEIRA (OAB/SP 199.475) / ROGERIO FABIANO MESCHINI (OAB/SP 219.635)**  
**CONTRATADO(A):BARROSO RIOS SERVICOS E COMERCIO EIRELI (CNPJ 17.483.583/0001-51)**

**INTERESSADO(A):LUIZ ANTONIO ROGANTE JUNIOR (CPF 308.794.098-43)**  
**ANTONIA ALEXANDRINA PINTO BARROSO RIOS (CPF 413.667.863-00)**  
**ASSUNTO:CONTRATO 42/2018 ? CONVITE 10/2018**

**OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de execução de obra de reforma do CIREC, com fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos necessários, conforme cronograma físico financeiro, memorial descritivo e planilha orçamentária em anexo, com fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos necessários, conforme especificações do projeto básico Anexo I, deste Convite.**

**EXERCÍCIO:2019**  
**INSTRUÇÃO POR:UR-13**  
**PROCESSO:00019823.989.19-0**  
**CONTRATANTE:PREFETURA MUNICIPAL DE DOURADO (CNPJ 51.814.960/0001-26)**

**ADVOGADOS(AS): RITA DE CÁSSIA GOMES DE OLIVEIRA (OAB/SP 199.475) / ROGERIO FABIANO MESCHINI (OAB/SP 219.635)**  
**CONTRATADO(A):BARROSO RIOS SERVICOS E COMERCIO EIRELI (CNPJ 17.483.583/0001-51)**

**INTERESSADO(A):LUIZ ANTONIO ROGANTE JUNIOR (CPF 308.794.098-43)**  
**ANTONIA ALEXANDRINA PINTO BARROSO RIOS (CPF 413.667.863-00)**  
**ASSUNTO:TERMO DE ADITAMENTO 49/2018 ? ADITIVO I AO CONTRATO 42/2018 ? ASSINADO EM 23 DE NOVEMBRO DE 2018**

**FINALIDADE: O presente aditivo tem por objetivo prorrogar o prazo contratual por mais 90 (noventa) dias, nos termos do contrato originário a partir de 23 de novembro de 2018, conforme justificativa apresentada pelo Departamento de Obras e Serviços.**

**EXERCÍCIO:2018**  
**INSTRUÇÃO POR:UR-13**  
**PROCESSO:00019923.989.19-8**  
**CONTRATANTE:PREFETURA MUNICIPAL DE DOURADO (CNPJ 51.814.960/0001-26)**

**ADVOGADOS(AS): RITA DE CÁSSIA GOMES DE OLIVEIRA (OAB/SP 199.475) / ROGERIO FABIANO MESCHINI (OAB/SP 219.635)**  
**CONTRATADO(A):BARROSO RIOS SERVICOS E COMERCIO EIRELI (CNPJ 17.483.583/0001-51)**

**INTERESSADO(A):LUIZ ANTONIO ROGANTE JUNIOR (CPF 308.794.098-43)**  
**ANTONIA ALEXANDRINA PINTO BARROSO RIOS (CPF 413.667.863-00)**  
**ASSUNTO:TERMO DE ADITAMENTO - ADITIVO II AO CONTRATO 42/2018 ? ASSINADO EM 19 DE FEVEREIRO DE 2019**

**FINALIDADE: O presente aditivo tem por objetivo prorrogar o prazo do contrato que tem por objeto 7a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA DO CIREC, com fornecimento de materiais, mão-de-obra e equipamentos necessários, por mais 90 (noventa) dias, nos termos do contrato originário a partir de seu vencimento em 21/02/2019, ficando a nova vigência a partir de 21/02/2019.**

**EXERCÍCIO:2019**  
**INSTRUÇÃO POR:UR-13**  
**Defiro, por 30 (trinta) dias úteis, contados da publicação deste despacho no DOE, a prorrogação de prazo requerida na petição do evento 50 dos TC-019864.989.19-9,**

**TC-019921.989.19-0 e TC-019923.989.19-8, e evento 57 do TC-019809.989.19-7.**

**PUBLIQUE-SE.**  
**PROCESSO:00006248.989.21-2**  
**ÓRGÃO: CAMARA MUNICIPAL DE JUQUITIBA (CNPJ 56.343.767/0001-78)**  
**ADVOGADO: ROMILDO ANDRADE DE SOUZA JUNIOR (OAB/SP 146.539) / (OAB/SP 210.897)**

**INTERESSADO: FRANCISCO VICTORINO DE MORAES (CPF 166.420.378-01)**  
**ASSUNTO: "Descumprimento de prazo durante o exercício - Resolução nº 06/2012 - DOE 18/10/12. Alterada pela Resolução nº 09/2014."**

**EXERCÍCIO: 2021**  
**INSTRUÇÃO POR: DF-04**  
Diante da comunicação da Fiscalização (evento 90) de que a Câmara Municipal de Jiquitibá deixou de remeter a este Tribunal de Contas, na data limite, informações devidas, descumprindo os prazos estabelecidos nas Resoluções e Instruções desta Corte, relativos ao exercício de 2021, fixo ao responsável prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da publicação deste despacho no DOE, para transmitir as informações devidas, bem como apresentar as justificativas de seu interesse, diante da omissão ora apontada, atento ao que dispõe o art. 3º da Resolução nº 6/2012, alterada pela Resolução nº 09/2014, deste Tribunal e o art. 104 da Lei Complementar Estadual nº 709/93, sob pena de ser lida a multa ali prevista.

**PUBLIQUE-SE.**  
**PROCESSO: 00010951.989.21-9**  
**CONVENIENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIASSUNUNGA (CNPJ 45.731.650/0001-45)**  
**CONVENIADO(A): IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE PIASSUNUNGA (CNPJ 54.848.361/0001-11)**

**INTERESSADO(A): MILTON DIMAS TADEU URBAN (CPF 387.881.919-91)**  
**ADVOGADOS(AS): MARCELO PALAVERI (OAB/SP 114.164) / PLAVIA MARIA PALAVERI (OAB/SP 137.889) / RUTH DOS REIS COSTA (OAB/SP 188.312) / RENATA MARIA PALAVERI ZAMARO (OAB/SP 376.248) / OLGA AMÉLIA GONZAGA VIEIRA (OAB/SP 402.771) / BARBARA SANCHES ESTEVES (OAB/SP 444.821) / MURILO CESAR PAVEZ (OAB/SP 453.008)**

**ALVARO LUIZ DOS SANTOS JARDIM (CPF 278.559.300-72)**  
**ASSUNTO: Convênio nº 04/2021, assinado em 28/01/2021. Protocolo nº 4887/2020. Objeto: Prestação dos serviços, procedimentos, compromissos e metas, com a finalidade de garantir o acesso à saúde e proteção do indivíduo, por meio da assistência de urgência e emergência, de forma integrada, através do Pronto Socorro, PAM e SAMU, no âmbito do SUS - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE em Pirassununga de maneira complementar, a todos os pacientes encaminhados pela rede pública ou de demanda espontânea.**

**EXERCÍCIO: 2021**  
**INSTRUÇÃO POR: UR-10**  
Defiro, por 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação deste despacho no DOE, a prorrogação de prazo requerida na petição do evento 42.

**PUBLIQUE-SE.**  
**PROCESSO: 00013750.989.21-2**  
**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURUR (CNPJ 46.132.419/0001-80)**  
**ADVOGADOS(AS): ANTONIO CARLOS BATISTA MARTINEZ (OAB/SP 79.927) / LETICIA RODRIGUES DE CARVALHO MARIA-NO (OAB/SP 102.720) / ELIETE CRISTINA SARTORI (OAB/SP 107.156) / MARIA GABRIELA FERREIRA DE MELLO (OAB/SP 107.801) / GABRIELLA LUCARELLI ROCHA (OAB/SP 123.451) / RICARDO CHAMMA (OAB/SP 127.852) / DENISE BAPTISTA DE OLIVEIRA (OAB/SP 129.697) / CLAUDIA FERNANDA DE AGUIAR PEREIRA (OAB/SP 133.034) / CARLA CAIOGROSSO FIALHO (OAB/SP 135.032) / MARISA BOTTER ANDRONE GEBARA (OAB/SP 143.915) / FATIMA CAROLINA PINTO BERNARDES (OAB/SP 161.287) / MAURICIO PONTES PORTO (OAB/SP 167.128) / GREICI MARIA ZIMMER (OAB/SP 288.749) / TAMIRES ASSIS CELESTINO (OAB/SP 357.477) / GUSTAVO CAMPOS ABREU (OAB/SP 419.157)**

**CONTRATADO(A): CGR - GUATAPARA - CENTRO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS (CNPJ 08.463.831/0002-92)**  
**ADVOGADOS(AS): VALERIA MADUCH CAMARGO SAMPAIO (OAB/SP 109.029) / (OAB/SP 252.482)**

**INTERESSADO(A): SUELLEN SILVA ROSIM (CPF 017.712.851-84)**  
**ASSUNTO: EDITAL nº 460/2020**  
**LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico nº 398/2020**  
**CONTRATO: 10.234/**

www.tce.sp.gov.br, por advogados e interessados previamente cadastrados e habilitados, nos termos do artigo 17 da Resolução TCESP nº 001/2021.

Publique-se.

**PROCESSO: 00013442.989.21-6**  
**CONTRATANTE: CENTRO UNIVERSITÁRIO DAS FACULDADES ASSOCIADAS DE ENSINO - UNIFAE (CNPJ 59.766.774/0001-70)**  
**CONTRATADO(A): FUNDAÇÃO DE APOIO A UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL - FAUSCS (CNPJ 13.166.456/0001-78)**

**INTERESSADO(A): MARCO AURÉLIO FERREIRA - REITOR DO ÓRGÃO CONTRATANTE (CPF 120.308.938-46)**

**MARCOS ANTÔNIO BIFFI - REPRESENTANTE LEGAL DA FUNDAÇÃO CONTRATADA (CPF 001.399.618-52)**

**ASSUNTO: CONTRATO nº 028/2020 de 11/12/2020 - Dispensa de Licitação nº 001/2021 - OBJETO: Cooperação mútua entre os participantes, para realização de ações e atividades relacionadas ao Programa de Desenvolvimento de Habilidades Profissionais, com preceptores e alunos, proporcionando, em meio ao processo de ensino e aprendizagem prático atendimento de qualidade e humanizado população, no Ambulatório Médico de Especialidades do UNIFAE, unidades de saúde municipais sob gestão autárquica, e rede hospitalar onde são realizadas as atividades práticas de internato.**

**EXERCÍCIO: 2020**

**INSTRUÇÃO POR: UR-19**  
**PROCESSO(S) REFERENCIADO(S): 00013499.989.21-8**  
**PROCESSO: 00013499.989.21-8**

**CONTRATANTE: CENTRO UNIVERSITÁRIO DAS FACULDADES ASSOCIADAS DE ENSINO - UNIFAE (CNPJ 59.766.774/0001-70)**  
**CONTRATADO(A): FUNDAÇÃO DE APOIO A UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL - FAUSCS (CNPJ 13.166.456/0001-78)**

**INTERESSADO(A): MARCO AURÉLIO FERREIRA - REITOR DO ÓRGÃO CONTRATANTE (CPF 120.308.938-46)**

**LUIZ CARLOS EVARISTO - PRO-REITOR ADMINISTRATIVO - RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL**

**JOVIANA VALLIM JORGETTO - PROFESSORA - RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL**

**MARCOS ANTÔNIO BIFFI - REPRESENTANTE LEGAL DA FUNDAÇÃO CONTRATADA (CPF 001.399.618-52)**

**ASSUNTO: Acompanhamento de Execução Contratual - CONTRATO nº 028/2020 de 11/12/2020 - Dispensa de Licitação nº 001/2021 - OBJETO: Cooperação mútua entre os participantes, para realização de ações e atividades relacionadas ao Programa de Desenvolvimento de Habilidades Profissionais, com preceptores e alunos, proporcionando, em meio ao processo de ensino e aprendizagem prático atendimento de qualidade e humanizado população, no Ambulatório Médico de Especialidades do UNIFAE, unidades de saúde municipais sob gestão autárquica, e rede hospitalar onde são realizadas as atividades práticas de internato.**

**EXERCÍCIO: 2020**

**INSTRUÇÃO POR: UR-19**  
**PROCESSO PRINCIPAL: 13442.989.21-6**

Considerando o quanto noticiado nos relatórios de execução constantes dos eventos 24 do TC-13442.989.21 e 15 do TC-13499.989.21, assinso aos Interessados o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação deste despacho no Diário Oficial do Estado, para que, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar estadual nº 709/93, apresentem as justificativas que entenderem pertinentes acerca dos apontamentos efetuados pela fiscalização deste Tribunal.

Alerto que a integra destes processos poderá ser consultada no Sistema do Processo Eletrônico e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br, por advogados e interessados previamente cadastrados e habilitados, nos termos do artigo 17 da Resolução TCESP nº 001/2021.

Publique-se.

**PROCESSO: 00015864.989.21-5**  
**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNABA (CNPJ 46.522.983/0001-27)**

**CONTRATADO(A): MULTILASER INDUSTRIAL S.A. (CNPJ 59.173.553/0006-17)**

**INTERESSADO(A): ANTÔNIO MARCOS BATISTA PEREIRA - PREFEITO MUNICIPAL (CPF 136.500.348-59)**

**PAULO CORDEIRO DE ALMEIDA - RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL**

**MARCEL REINO - REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA CONTRATADA (CPF 299.883.998-39)**

**ASSUNTO: Pregão Eletrônico nº 047/2021**

**ATA DE REGISTRO Nº 183/2021 de 07 de maio de 2021**

**OBJETO: Registro de preços para o fornecimento parcelado de EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA (Notebook Chromebook, gabinete de carregamento multimídia e projetor multimídia), para atender demandas advindas da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Santana de Parnaba (PMSP), por um período de 12 (doze) meses.**

**VIGÊNCIA: 12 meses / 07/05/2021 a 07/05/2022**

**EXERCÍCIO: 2021**

**INSTRUÇÃO POR: DF-09**  
**PROCESSO PRINCIPAL: 14845.989.21-9**

Considerando o quanto noticiado no relatório de acompanhamento da execução contratual (evento 14), alerto os Interessados para que adotem, desde já, as medidas que se façam necessárias para correção das impropriedades apuradas pela fiscalização deste Tribunal.

Vale destacar que o presente despacho não configura fixação de prazo para apresentação de justificativas ou abertura do contraditório, mas, apenas, alerta de que a correção acima recomendada será avaliada no decorrer do acompanhamento da execução contratual e por ocasião de seu julgamento.

Publique-se.

**PROCESSO: 00017261.989.21-4**  
**CONCESSOR: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (CNPJ 69.122.893/0001-44)**

**BENEFICIÁRIA: PREFEITURA MUNICIPAL DE MERIDIANO (CNPJ 45.116.092/0001-08)**

**INTERESSADOS: CELIA KOCHEN PARNES (CPF 085.502.278-7) - Secretária de Estado de Desenvolvimento Social**

**ROGERIO HAMAM (CPF 165.784.038-76) - Ex-Secretário de Estado do Desenvolvimento Social**

**MARCIA CRISTINA ADRIANO DE LIMA (CPF 259.202.238-47) - Prefeita**

**MARCIA FERNANDA INFANTE - Diretora Técnica II – Drads Fernandópolis**

**ARISTEU BALDIN (CPF 541.059.948-91) - Ex-Prefeito**

**MAICON FABIANO DE OLIVEIRA (CPF 353.923.878-61) - Ex-Prefeito**

**NAYARA SABINO COLOMBANO BENEZ - Ex-Diretora Técnica II – Drads Fernandópolis**

**ASSUNTO: ORÇAMENTO BENEFICIÁRIO: Prefeitura Municipal de Meridiano**

**EXERCÍCIO: 2019**  
**INSTRUÇÃO POR: UR-11**  
**PROCESSO(S) REFERENCIADO(S): 00007733.989.16-4**

Considerando a ausência de prestação de contas relatada pela fiscalização (evento 17) e a manifestação da PFE (evento 20), assinso às partes interessadas o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação deste despacho no DOE, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar Estadual nº 709/93, para que apresentem as justificativas que entenderem pertinentes.

Alerto que a integra deste processo poderá ser consultada no Sistema do Processo Eletrônico e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br, por advogados e interessados previamente cadastrados e habilitados, nos termos do artigo 17 da Resolução TCESP nº 001/2021.

Publique-se.

dos e habilitados, nos termos do artigo 17 da Resolução TCESP nº 001/2021.

Publique-se.

**Processo: TC-009520.989.21**  
**Advogado: Guilherme Ricken (OAB/SP 346.847)**

**Assunto: Pedido de retidão de pauta do processo em epígrafe da sessão de 15-09-21 do E. Tribunal Pleno.**

**Defiro o pedido de retidão de pauta.**

**DESPACHOS PROFERIDOS PELO CONSELHEIRO RELATOR SIDNEY ESTANISLAU BERALDO**

**Expediente: TC-018429.989.21-3. Representante: Valmor Simas Junior. Representada: Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual - IAMSPSE. Assunto: Representação que visa ao exame prévio do edital do pregão eletrônico nº 131/2021, do tipo menor preço, que tem por objeto a "prestação de serviços de gestão e operação logística com fornecimento de infraestrutura para as farmácias e almoxarifados satélites no Instituto".**

**1. VALMOR SIMAS JÚNIOR formula, com fundamento no artigo 113, § 1º, da Lei federal nº 8.666/93, representação que visa ao exame prévio do edital do pregão eletrônico nº 131/2021, do tipo menor preço, elaborado pelo INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - IAMSPSE, cujo objeto é a "prestação de serviços de gestão e operação logística com fornecimento de infraestrutura para as farmácias e almoxarifados satélites no Instituto".**

**2. Insurge-se o Representante contra as seguintes exigências do instrumento convocatório, que afrontariam o artigo 27 e seguintes da Lei de Licitações:**

**a) "Declaração obrigatória por representante legal da licitante, comprometendo-se a apresentar, por ocasião da celebração do contrato, a Autorização de Funcionamento emitida pela ANVISA para armazenar medicamentos, medicamentos da portaria 344, correlatos/produtos para saúde, cosméticos e saneantes da licitante" (item 4.1.4.6.3), e a "Certidão de regularidade no Conselho Regional de Farmácia e Conselho Regional de Administração" (item 4.1.4.6.3), sustentando que seria possível a imposição de Licença da Vigilância Sanitária apenas para armazenamento de medicamentos, medicamentos da portaria 344, correlatos/produtos para saúde, cosméticos e saneantes;**

**b) "Licença da Vigilância Sanitária da licitante para armazenagem de alimentos (exceto gêneros alimentícios)" (item 4.1.4.6.2), pois o objeto licitado não se destina à gestão e operação logística de alimentos, mas a medicamentos e produtos para saúde, além de ser impossível qualquer licitante ter essa licença com a nomenclatura citada, visto que não existe CNAE com essa descrição;**

**c) Atestado(s) de experiência em "Gestão e operação (50% do total de itens) incluindo medicamentos, medicamentos controlados, saneantes, cosméticos e produtos para saúde, material de laboratório, órteses e próteses e alimentos (exceto gêneros alimentícios)" (item 4.1.5.2.1.2.), uma vez que o objeto não contempla alimentos, sendo que o único item possível de comparar com alimentos é a dieta especial, mas se trata de material médico-hospitalar.**

**d) Atestado(s) de experiência em "Gestão e operação (50% do total de itens) incluindo medicamentos, medicamentos controlados, saneantes, cosméticos e produtos para saúde, material de laboratório, órteses e próteses e alimentos (exceto gêneros alimentícios)" (item 4.1.5.2.1.2.), uma vez que o objeto não contempla alimentos, sendo que o único item possível de comparar com alimentos é a dieta especial, mas se trata de material médico-hospitalar.**

**Requer, por essas razões, a suspensão liminar do certame e, ao final, a determinação de alteração do edital para fazer cessar os vícios apontados.**

**3. Recorro que incumbe aos Tribunais de Contas, por força de extratrazão constitucional, via de regra, a fiscalização a posteriori do ato gerador da despesa promovida pela Administração.**

**Também ligo compete, nos termos do artigo 113, § 2º, da Lei nº 8.666/93, o exame prévio do edital de licitação já publicado, "obrigando-se os órgãos ou entidades da Administração à adção de medidas corretivas pertinentes que, em função desse exame, lhes forem determinadas". Mas, regra excepcional que é, deve ser interpretada restritivamente. Eventual paralisação do trâmite do procedimento licitatório só mediante constatação de flagrante ilegalidade ou indícios concretos de restrição à ampla participação de interessados.**

**4. Não vislumbro, no caso em apreço, razões que justifiquem a paralisação do certame.**

**5. Recorro que incumbe aos Tribunais de Contas, por força de extratrazão constitucional, via de regra, a fiscalização a posteriori do ato gerador da despesa promovida pela Administração.**

**Também ligo compete, nos termos do artigo 113, § 2º, da Lei nº 8.666/93, o exame prévio do edital de licitação já publicado, "obrigando-se os órgãos ou entidades da Administração à adção de medidas corretivas pertinentes que, em função desse exame, lhes forem determinadas". Mas, regra excepcional que é, deve ser interpretada restritivamente. Eventual paralisação do trâmite do procedimento licitatório só mediante constatação de flagrante ilegalidade ou indícios concretos de restrição à ampla participação de interessados.**

**6. Não vislumbro, no caso em apreço, razões que justifiquem a paralisação do certame.**

**7. Recorro que incumbe aos Tribunais de Contas, por força de extratrazão constitucional, via de regra, a fiscalização a posteriori do ato gerador da despesa promovida pela Administração.**

**Também ligo compete, nos termos do artigo 113, § 2º, da Lei nº 8.666/93, o exame prévio do edital de licitação já publicado, "obrigando-se os órgãos ou entidades da Administração à adção de medidas corretivas pertinentes que, em função desse exame, lhes forem determinadas". Mas, regra excepcional que é, deve ser interpretada restritivamente. Eventual paralisação do trâmite do procedimento licitatório só mediante constatação de flagrante ilegalidade ou indícios concretos de restrição à ampla participação de interessados.**

**8. Não vislumbro, no caso em apreço, razões que justifiquem a paralisação do certame.**

**9. Recorro que incumbe aos Tribunais de Contas, por força de extratrazão constitucional, via de regra, a fiscalização a posteriori do ato gerador da despesa promovida pela Administração.**

**Também ligo compete, nos termos do artigo 113, § 2º, da Lei nº 8.666/93, o exame prévio do edital de licitação já publicado, "obrigando-se os órgãos ou entidades da Administração à adção de medidas corretivas pertinentes que, em função desse exame, lhes forem determinadas". Mas, regra excepcional que é, deve ser interpretada restritivamente. Eventual paralisação do trâmite do procedimento licitatório só mediante constatação de flagrante ilegalidade ou indícios concretos de restrição à ampla participação de interessados.**

**10. Não vislumbro, no caso em apreço, razões que justifiquem a paralisação do certame.**

**11. Recorro que incumbe aos Tribunais de Contas, por força de extratrazão constitucional, via de regra, a fiscalização a posteriori do ato gerador da despesa promovida pela Administração.**

**Também ligo compete, nos termos do artigo 113, § 2º, da Lei nº 8.666/93, o exame prévio do edital de licitação já publicado, "obrigando-se os órgãos ou entidades da Administração à adção de medidas corretivas pertinentes que, em função desse exame, lhes forem determinadas". Mas, regra excepcional que é, deve ser interpretada restritivamente. Eventual paralisação do trâmite do procedimento licitatório só mediante constatação de flagrante ilegalidade ou indícios concretos de restrição à ampla participação de interessados.**

**12. Não vislumbro, no caso em apreço, razões que justifiquem a paralisação do certame.**

**13. Recorro que incumbe aos Tribunais de Contas, por força de extratrazão constitucional, via de regra, a fiscalização a posteriori do ato gerador da despesa promovida pela Administração.**

**Também ligo compete, nos termos do artigo 113, § 2º, da Lei nº 8.666/93, o exame prévio do edital de licitação já publicado, "obrigando-se os órgãos ou entidades da Administração à adção de medidas corretivas pertinentes que, em função desse exame, lhes forem determinadas". Mas, regra excepcional que é, deve ser interpretada restritivamente. Eventual paralisação do trâmite do procedimento licitatório só mediante constatação de flagrante ilegalidade ou indícios concretos de restrição à ampla participação de interessados.**

**14. Não vislumbro, no caso em apreço, razões que justifiquem a paralisação do certame.**

**15. Recorro que incumbe aos Tribunais de Contas, por força de extratrazão constitucional, via de regra, a fiscalização a posteriori do ato gerador da despesa promovida pela Administração.**

**Também ligo compete, nos termos do artigo 113, § 2º, da Lei nº 8.666/93, o exame prévio do edital de licitação já publicado, "obrigando-se os órgãos ou entidades da Administração à adção de medidas corretivas pertinentes que, em função desse exame, lhes forem determinadas". Mas, regra excepcional que é, deve ser interpretada restritivamente. Eventual paralisação do trâmite do procedimento licitatório só mediante constatação de flagrante ilegalidade ou indícios concretos de restrição à ampla participação de interessados.**

**16. Não vislumbro, no caso em apreço, razões que justifiquem a paralisação do certame.**

**17. Recorro que incumbe aos Tribunais de Contas, por força de extratrazão constitucional, via de regra, a fiscalização a posteriori do ato gerador da despesa promovida pela Administração.**

**Também ligo compete, nos termos do artigo 113, § 2º, da Lei nº 8.666/93, o exame prévio do edital de licitação já publicado, "obrigando-se os órgãos ou entidades da Administração à adção de medidas corretivas pertinentes que, em função desse exame, lhes forem determinadas". Mas, regra excepcional que é, deve ser interpretada restritivamente. Eventual paralisação do trâmite do procedimento licitatório só mediante constatação de flagrante ilegalidade ou indícios concretos de restrição à ampla participação de interessados.**

**18. Não vislumbro, no caso em apreço, razões que justifiquem a paralisação do certame.**

**19. Recorro que incumbe aos Tribunais de Contas, por força de extratrazão constitucional, via de regra, a fiscalização a posteriori do ato gerador da despesa promovida pela Administração.**

**Também ligo compete, nos termos do artigo 113, § 2º, da Lei nº 8.666/93, o exame prévio do edital de licitação já publicado, "obrigando-se os órgãos ou entidades da Administração à adção de medidas corretivas pertinentes que, em função desse exame, lhes forem determinadas". Mas, regra excepcional que é, deve ser interpretada restritivamente. Eventual paralisação do trâmite do procedimento licitatório só mediante constatação de flagrante ilegalidade ou indícios concretos de restrição à ampla participação de interessados.**

**20. Não vislumbro, no caso em apreço, razões que justifiquem a paralisação do certame.**

**21. Recorro que incumbe aos Tribunais de Contas, por força de extratrazão constitucional, via de regra, a fiscalização a posteriori do ato gerador da despesa promovida pela Administração.**

**Também ligo compete, nos termos do artigo 113, § 2º, da Lei nº 8.666/93, o exame prévio do edital de licitação já publicado, "obrigando-se os órgãos ou entidades da Administração à adção de medidas corretivas pertinentes que, em função desse exame, lhes forem determinadas". Mas, regra excepcional que é, deve ser interpretada restritivamente. Eventual paralisação do trâmite do procedimento licitatório só mediante constatação de flagrante ilegalidade ou indícios concretos de restrição à ampla participação de interessados.**

**22. Não vislumbro, no caso em apreço, razões que justifiquem a paralisação do certame.**

**23. Recorro que incumbe aos Tribunais de Contas, por força de extratrazão constitucional, via de regra, a fiscalização a posteriori do ato gerador da despesa promovida pela Administração.**

**Também ligo compete, nos termos do artigo 113, § 2º, da Lei nº 8.666/93, o exame prévio do edital de licitação já publicado, "obrigando-se os órgãos ou entidades da Administração à adção de medidas corretivas pertinentes que, em função desse exame, lhes forem determinadas". Mas, regra excepcional que é, deve ser interpretada restritivamente. Eventual paralisação do trâmite do procedimento licitatório só mediante constatação de flagrante ilegalidade ou indícios concretos de restrição à ampla participação de interessados.**

**24. Não vislumbro, no caso em apreço, razões que justifiquem a paralisação do certame.**

**25. Recorro que incumbe aos Tribunais de Contas, por força de extratrazão constitucional, via de regra, a fiscalização a posteriori do ato gerador da despesa promovida pela Administração.**

**Também ligo compete, nos termos do artigo 113, § 2º, da Lei nº 8.666/93, o exame prévio do edital de licitação já publicado, "obrigando-se os órgãos ou entidades da Administração à adção de medidas corretivas pertinentes que, em função desse exame, lhes forem determinadas". Mas, regra excepcional que é, deve ser interpretada restritivamente. Eventual paralisação do trâmite do procedimento licitatório só mediante constatação de flagrante ilegalidade ou indícios concretos de restrição à ampla participação de interessados.**

**26. Não vislumbro, no caso em apreço, razões que justifiquem a paralisação do certame.**

**27. Recorro que incumbe aos Tribunais de Contas, por força de extratrazão constitucional, via de regra, a fiscalização a posteriori do ato gerador da despesa promovida pela Administração.**

**Também ligo compete, nos termos do artigo 113, § 2º, da Lei nº 8.666/93, o exame prévio do edital de licitação já publicado, "obrigando-se os órgãos ou entidades da Administração à adção de medidas corretivas pertinentes que, em função desse exame, lhes forem determinadas". Mas, regra excepcional que é, deve ser interpretada restritivamente. Eventual paralisação do trâmite do procedimento licitatório só mediante constatação de flagrante ilegalidade ou indícios concretos de restrição à ampla participação de interessados.**

**28. Não vislumbro, no caso em apreço, razões que justifiquem a paralisação do certame.**

**29. Recorro que incumbe aos Tribunais de Contas, por força de extratrazão constitucional, via de regra, a fiscalização a posteriori do ato gerador da despesa promovida pela Administração.**

das atividades econômicas secundárias do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, possibilitando, desta forma, que os requisitos para exercer o objeto sejam atendidos e a licença em quanto possa ser emitida.

**6. Quanto à comprovação de experiência em "Gestão e operação (50% do total de itens) incluindo medicamentos, medicamentos controlados, saneantes, cosméticos e produtos para saúde, material de laboratório, órteses e próteses e alimentos (exceto gêneros alimentícios)" (item 4.1.5.2.1.2.), reitero que alimentos também fazem parte da gama de produtos e itens relacionados à saúde, o que permite, portanto, a manutenção da exigência questionada.**

**Além disso, destaco, que, tanto na regra que prevê a licença, quanto na comprovação de experiência em gestão e operação, está claramente consignado que os gêneros alimentícios estão excluídos, ou seja, a previsão foi para alimentos de forma genérica e não para produtos destinados exclusivamente para o consumo e a alimentação.**

**7. De qualquer forma, os atos porventura praticados pelo administrador, nos exatos moldes anuñados pelo instrumento convocatório, não escaparão ao controle da legalidade, por ocasião do regular exame da matéria.**

**Posto isto, adirto exclusivamente aos aspectos impugnados, indefiro o pleito de suspensão liminar do certame.**

**8. Dê-se conhecimento ao Representado, informando que, nos termos da Resolução TCESP nº 001/2021, a integral desta decisão e a inicial poderão ser obtidas no Sistema do Processo Eletrônico e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br, mediante cadastramento que é obrigatório.**

**Dê-se ciência ao DD. Ministério Público de Contas.**

**Transitada em julgado a decisão, arquivem-se os autos eletronicamente.**

**Publique-se.**

**1. Almojarifado do Laboratório Clínico; Farmácia Satélite Central; Almojarifado Satélite Central; Farmácia e Almojarifado do Centro Cirúrgico; e Farmácia e Almojarifado do Pronto Socorro Geral e Pronto Atendimento.**

**Expediente: TC-018369.989.21-5. Representante: Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda. Representada: Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCESP. Assunto: Representação que visa ao exame prévio do edital do pregão eletrônico nº 21/21, do tipo menor preço do item, que tem por objeto a "contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de gerenciamento do abastecimento de combustíveis de veículos e outros serviços prestados por postos credenciados, por meio de implantação e operação de um sistema informatizado e integrado com utilização de cartão de pagamento magnético ou microprocessado e disponibilização de rede credenciada de postos de combustíveis no Estado de São Paulo".**

**2. Insurge-se a Representante contra as seguintes disposições do instrumento convocatório:**

**a) Exigência de credenciamento de postos de abastecimento, cuja distância entre si não exceda a 100 km, sendo que, a seu vez, deveria ser considerada na definição territorial a extensão de um veículo percorrer com um tanque de combustível (aproximadamente 400 Km)", a fim de ampliar a disputa;**

**b) Ausência de requisição de prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual; e**

**c) Inadequação do valor estimado para redução mínima entre lances.**

**Requer, por essas razões, a suspensão liminar do certame e, ao final, a determinação de alteração do edital para fazer cessar os vícios apontados.**

**3. Recorro que incumbe aos Tribunais de Contas, por força de extratrazão constitucional, via de regra, a fiscalização a posteriori do ato gerador da despesa promovida pela Administração.**

**Também ligo compete, nos termos do artigo 113, § 2º, da Lei nº 8.666/93, o exame prévio do edital de licitação já publicado, "obrigando-se os órgãos ou entidades da Administração à adção de medidas corretivas pertinentes que, em função desse exame, lhes forem determinadas". Mas, regra excepcional que é, deve ser interpretada restritivamente. Eventual paralisação do trâmite do procedimento licitatório só mediante constatação de flagrante ilegalidade ou indícios concretos de restrição à ampla participação de interessados.**

**4. Não vislumbro, no caso em apreço, razões que justifiquem a paralisação do certame.**

**5. Recorro que incumbe aos Tribunais de Contas, por força de extratrazão constitucional, via de regra, a fiscalização a posteriori do ato gerador da despesa promovida pela Administração.**

**Também ligo compete, nos termos do artigo 113, § 2º, da Lei nº 8.666/93, o exame prévio do edital de licitação já publicado, "obrigando-se os órgãos ou entidades da Administração à adção de medidas corretivas pertinentes que, em função desse exame, lhes forem determinadas". Mas, regra excepcional que é, deve ser interpretada restritivamente. Eventual paralisação do trâmite do procedimento licitatório só mediante constatação de flagrante ilegalidade ou indícios concretos de restrição à ampla participação de interessados.**

**6. Não vislumbro, no caso em apreço, razões que justifiquem a paralisação do certame.**

**7. Recorro que incumbe aos Tribunais de Contas, por força de extratrazão constitucional, via de regra, a fiscalização a posteriori do ato gerador da despesa promovida pela Administração.**

**Também ligo compete, nos termos do artigo 113, § 2º, da Lei nº 8.666/93, o exame prévio do edital de licitação já publicado, "obrigando-se os órgãos ou entidades da Administração à adção de medidas corretivas pertinentes que, em função desse exame, lhes forem determinadas". Mas, regra excepcional que é, deve ser interpretada restritivamente. Eventual paralisação do trâmite do procedimento licitatório só mediante constatação de flagrante ilegalidade ou indícios concretos de restrição à ampla participação de interessados.**

**8. Não vislumbro, no caso em apreço, razões que justifiquem a paralisação do certame.**

**9. Recorro que incumbe aos Tribunais de Contas, por força de extratrazão constitucional, via de regra, a fiscalização a posteriori do ato gerador da despesa promovida pela Administração.**

</



Considerando que a entrega das propostas está designada para o dia 14-09-2021, às 09h00min, acolho a solicitação de exame prévio do edital, determinando, liminarmente, ao Prefeito que SUSPENDA a realização da sessão pública de recebimento dos envelopes e ABSTEINHA-SE DA ADOÇÃO DE QUALQUER MEDIDAS CORRETIVAS NO EDITAL ATÉ ULTERIOR DELIBERAÇÃO DESTA CORTE.

5. Notifique-se o Prefeito para que encaminhe a este Tribunal, em até 48 horas, a contar da publicação na imprensa oficial, as razões de defesa que entender pertinentes, acompanhadas do inteiro teor do edito sobre publicações, eventuais esclarecimentos e o destino dado à impugnação ou recursos administrativos que possam ter sido interpostos.

Não querendo apresentar o inteiro teor do instrumento convocatório, poderá a autoridade certificar que o apresentado pela Representante corresponde fielmente à integralidade do edital original, que deverá ser suficiente para o exame previsto no § 2º do artigo 113 da Lei Federal nº 8.666/93.

Oportuno aditar que o descumprimento desta determinação sujeitará o responsável, acima identificado, à punição pecuniária prevista no art. 104, III, da Lei Complementar estadual nº 709/93.

Em caso de superveniente desconstituição do certame, mediante revogação ou anulação do edital, o ato deverá ser comunicado a esta Corte, com a devida comprovação de sua publicidade na Imprensa Oficial ou local.

Informe-se ainda que o descumprimento da Resolução nº 01/2011, a íntegra desta decisão e da inicial poderão ser obtidos no Sistema de Processo Eletrônico (e-TCESP), na página [www.tce.sp.gov.br](http://www.tce.sp.gov.br), mediante cadastramento que é obrigatório.

6. Submetam-se estas medidas, na primeira oportunidade, para referendo do E. Plenário, nos termos do artigo 212, parágrafo único, do Regimento Interno.

Findo o prazo para o exercício do contraditório e da ampla defesa, encaminhem-se os autos para vista do DD. Ministério Público de Contas, retornando por SDG.

Ultimada a instrução processual, remetam-se os autos ao E. Plenário.

Transitada em julgado a decisão, arquivem-se os autos eletronicamente.

Publique-se.  
1 ANEXO IV – TERMO DE REFERÊNCIA  
(...)

Item 01 - 046.001.0041 - FURGAO TIPO CARGA PARA TRANSPORTE DE MERENDA ESCOLAR COM NO MINIMO 14 M3, COM CAPACIDADE PARA 01 MOTORISTA E 02 PASSEGEIROS OS VEICULOS DEVEM ATENDER AS SEGUINTE CONDIÇÕES GERAIS: A. FABRICADOS COM CARACTERÍSTICAS QUE SUPORTEM SUA OPERAÇÃO EM ZONAS URBANAS, EM VIAS SEM PAVIMENTAÇÃO, TERRENS ACIDENTADOS E IRREGULARES, COM A PRESENÇA CONSTANTE DE BURACOS, LAMA E POEIRA, OU SEJA, SOB CONDIÇÕES SEVERAS DE OPERAÇÃO. B. MOVIDOS A COMBUSTÍVEL DIESEL, CONFORME DIRETRIZES ESTABELECIDAS. C. ESTAREM EM CONFORMIDADE COM A RESOLUÇÃO CONAMA Nº 315/2002 E SUAS ATUALIZAÇÕES, QUE DISPOE SOBRE O PROCONVE, EM ESPECIAL AOS VALORES LIMITES DE EMISSÃO ESTABELECIDOS PARA A FASE P-7 (EURO V). VEICULO FURGAO ORIGINAL DE FABRICAÇÃO, COM TETO ALTO, ANO DE FABRICAÇÃO/MODELO NO MINIMO 2021/2021 OU SUPERIOR 0 km, COM PRIMEIRO REGISTRO EM NOME DA PREFEITURA DO MUNICIPIO DE SANTA ISABEL, CAPACIDADE VOLUMETRICA MINIMA DE 14 M3, DISTANCIA ENTRE EIXOS MINIMO DE 3.200 MM, MOTOR COM POTENCIA MINIMA DE 125 CV, TRANSMISSÃO COM NO MINIMO 6 MARCHAS A FRENT E 1 A RE, TRACAO 4 X 2 TRASEIRA, ALTURA DO TRECHO INTERNO DE NO MINIMO 1.800 MM, MOTOR A DIESEL, FREIO A DISCO NAS 4 RODAS, CAPACIDADE DE CARGA DE NO MINIMO 1.000 KG, TANQUE COM CAPACIDADE DE 100 LITROS, 70 LITROS, CABINE PARA 3 OCUPANTES, DIREÇÃO ELÉTRICA OU HIDRÁULICA, ILUMINAÇÃO INTERNA E EXTERNA E DEMAIS EQUIPAMENTOS OBRIGATORIOS, COM GARANTIA INTEGRAL DE NO MINIMO 12 (DOZE) MESES.

2 Tribunal Pleno, sessão de 01-11-2017.  
DESPACHO PROFERIDO PELO CONSELHEIRO RELATOR SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

Expediente: TC-018539.989.21-0. Representante: TDF Ambiental e Comercial Ltda. Representada: Prefeitura Municipal de Caiçaras. Assunto: Representação que visa ao exame prévio do edital do pregão presencial nº 36/21, do tipo menor preço por lote, que tem por objeto o "registro de preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos, máquinas e equipamentos necessários para execução de serviços essenciais à zelandaria e obras executados pelo Município". Responsável: Gilmar Soares Vicente (Prefeito). Substituto do Edital: Samuel Barbieri Pimental da Silva (Diretor de Compras e Adições). Sessão de abertura: 14-09-2021, às 09h00min. Advogados cadastrados no e-TCESP: Edmilson Pereira Lima (OAB/SP nº 234.266), Denise Freitas (OAB/SP nº 117.613), Lúcia Greice Garcia da Silva (OAB/SP nº 332.249), Edgar Hualker da Silva Dias (OAB/SP nº 384.389).

1. TDF AMBIENTAL E COMERCIAL Ltda. formula, com fundamento no artigo 113, § 1º, da Lei nº 8.666/93, representação que visa ao exame prévio do edital do pregão presencial nº 36/21, do tipo menor preço por lote, elaborado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIÇARAS, cujo objeto é o "registro de preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos, máquinas e equipamentos necessários para execução de serviços essenciais à zelandaria e obras executados pelo Município, conforme memorial descritivo e demais condições da Ata de Registro de Preços, prazos e condições previstas no termo de referência".

2. Insurge-se a Representante contra os seguintes aspectos do instrumento convocatório:

- a) Ausência de disponibilização do valor estimado para a contratação;
- b) Falta de projeto básico e de orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os custos unitários, descumprindo o comando dos artigos 7º, § 2º, incisos I e II, e 4º, X, da Lei de Licitações;
- c) Não foram exigidas as "medidas previstas no art. 31, inciso III (garantia de proposta) e art. 56 (garantia de execução de contrato), ambos da Lei nº 8.666/93", para cobrir eventuais danos;
- d) Carência de indicação da data-base para a qual os preços deverão ser cotados e de quais índices lhe serão aplicados, suscitando dúvida acerca da realização de prévia pesquisa de preços da Administração;
- e) Existência de apresentação de atestados de capacidade técnica(s) relativos, a seu vez, "por períodos não inferior a dois anos, ou seja, 24 meses, em total desacordo com a exigência de prazos compatíveis com o objeto desta licitação, já que prazo compatível seria de apenas 12 meses, que é a vigência do contrato";
- f) Ausência de requisição de balanço social e de índices contábeis para fins de qualificação econômico-financeira; e
- g) Elevado patamar de prova de capacidade técnica ou patrimonial líquido (10% do valor estimado da contratação), argumentando que deveria ser reduzido "para 5% (cinco por cento) a fim de se adequar à realidade das empresas que prestam o serviço referente ao objeto da licitação".

3. Recordo que incumbe aos Tribunais de Contas, por força de extração constitucional, via de regra, a fiscalização a posteriori do ato gerador da despesa promovida pela Administração.

Também lhes compete, nos termos do artigo 113, § 2º, da Lei nº 8.666/93, a fiscalização do edital de licitação já publicado, "obligando-se os órgãos ou entidades da Administração interessada à adoção de medidas corretivas pertinentes que, em função desse exame, lhes forem determinadas". Mas, regra excepcional que é, deve ser interpretada restritivamente.

Eventual paralisação do trâmite do procedimento licitatório só mediante constatação de flagrante ilegalidade ou indícios concretos de restrição à ampla participação interessada.

4. Não vislumbro, no caso em exame, razões que justifiquem a paralisação do certame.

De início, observo que a maioria das queixas se funda em aparente desconhecimento das normas de regência e do posicionamento deste Tribunal sobre os assuntos ora apresentados.

Nesta toada, quanto à falta de divulgação do valor estimado da contratação e do orçamento estimado em planilhas de quantificação e preços unitários, deve prevalecer o posicionamento adotado por esta Corte, em sessão plenária de 05-02-14, nos autos do TC-3975.989.13-8, no sentido de que, ante a ausência de expresso mandamento sobre o assunto na Lei do Pregão, a Administração não está obrigada a divulgar estes dados no instrumento convocatório, mas deve tornar público o local onde tal informação poderá ser obtida e facilitá-lhe o acesso.

Outrossim, recordo que a pesquisa de preços integra o correspondente procedimento licitatório, de modo que bastaria a Representante requisitar sua vista junto ao Setor de Licitações4 para sanar suas dúvidas nestes aspectos.

Destarte, considerando que os assuntos ora apresentados não ostentam, a princípio, restrição à competitividade, as questões poderão ser melhor analisadas quando da instrução ordinária da eventual averbação a ser formalizada.

5. Ademais, ainda que, nos termos do edital informo que a data-limite para apresentação das propostas é no dia 14-09-2021, às 09h00min, evidente que as cotações apresentadas devem se referir a este dia, sem o uso de qualquer índice de correção, não subsistindo a alegada imprecisão na redação do item 3.7.4, de toda forma, trata-se de dúvida que poderia ser solucionada de igual modo ao acima mencionado.

6. Afasto, ainda, a crítica direcionada à ausência de requisição do balanço patrimonial e dos índices contábeis para fins de habilitação econômico-financeira, eis que o artigo 31 da Lei federal nº 8.666/93 não impõe, peremptoriamente, o que deve ser requerido nos editais de licitação, mas apenas circunscreve a atuação da Administração àqueles limites, cabendo a ela, no exercício de sua competência discricionária, eleger o que melhor se adequa ao objeto licitado.

No caso, observo que foram consideradas suficientes para esta finalidade a exigência de certidões negativas de falência, de concordata e de recuperação judicial (com possibilidade de apresentação de certidão positiva), assim como a requisição de prova de capital social ou balanço patrimonial mínimo em patamar (10% do valor estimado da contratação) que observa o limite estabelecido no § 3º do mencionado dispositivo legal, não cabendo qualquer repressão ao caso.

7. Quanto à reclamada ausência de requisições das garantias insculpidas nos artigos nºs 31 da Lei nº 8.666/93, convém ressaltar que não cabe sua exigência para fins de proposta quando for adotada a modalidade pregão, eis que, neste caso, sua norma regedora (Lei nº 10.520/02) veda expressamente tal hipótese. Por sua vez, a garantia destinada a afiançar a execução do ajuste (artigo 56) igualmente se insere na discricionariedade do Administrador, que a requisitará conforme o caso, sendo aparentemente desnecessário exigi-la para uma simples locação de veículos.

8. Agora isso, verifico inexistir a alegada requisição de prova de experiência anterior relativa ao período de 24 (vinte e quatro) meses no item 3.9.

9. Em relação à suscitada falta de projeto básico, impende destacar que, tratando-se de licitação na modalidade pregão, o documento hábil para definir o objeto licitado de maneira precisa, suficiente e clara é o termo de referência, nos termos do artigo 3º, II, da Lei nº 10.520/02, o qual foi efetivamente disponibilizado às interessadas na disputa, contendo informações que se mostram suficientes para a mera locação de veículos.

10. Posto isto, circunscreto exclusivamente aos pontos impugnados, indefiro o pleito de liminar suspensão do certame. Evidente, de qualquer forma, que os atos porventura praticados pelo administrador, nos exatos moldes anunciados pelo ato convocatório não escaparão ao controle da legalidade, por ocasião do regular exame da matéria.

11. Dê-se conhecimento à Representada, informando que, nos termos da Resolução TCSP nº 01/2011, a íntegra desta decisão e da inicial poderão ser obtidas no Sistema do Processo Eletrônico e-TCESP, na página [www.tce.sp.gov.br](http://www.tce.sp.gov.br), mediante cadastramento que é obrigatório.

Dê-se ciência ao DD. Ministério Público de Contas.

Transitada em julgado a decisão, arquivem-se os autos eletronicamente.

Publique-se.  
3.7.4. Os preços cotados deverão ser referidos à data-limite de recebimento das propostas, considerando-se a condição de pagamento de 30 (trinta) dias, contados da entrega do produto, não devendo, portanto, computar qualquer custo financeiro para o período de processamento das faturas.

2.3.9. Qualificação Técnica: a) Atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprovem que a licitante executou, a contento, fornecimentos da natureza e vulto similares ao desta licitação, entendendo como similares àqueles que compreendam no mínimo 50% da execução da presente licitação. Obs.: Quando se refere ao mínimo de 50% da execução da presente licitação, deve ser considerado o item ou dos itens para os quais a proponente pretenda participar.

3.3.10. Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- b) Certidão negativa de recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor;
- c) Capital social ou patrimônio líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado pela Administração para a contratação, sendo que, para o cálculo deste valor, deve ser considerada a totalidade dos itens para os quais a proponente pretenda participar

4 Endereço para pedidos de esclarecimentos sobre o pregão: Licitações/Pregão – Av. Professor Carvalho Pinto, nº 207, Centro, Caiçaras, SP, CEP 07700-210. Tel: (11) 4445-9240 Horário das 09:00 às 16:00h.

5 Art. 5º É vedada a exigência de:  
1 - garantia de proposta;

#### DESPACHOS DE SUBSTITUTO DE CONSELHEIRO

DESPACHOS PROFERIDOS PELO CONSELHEIRO - SUBSTITUTO VALDENIR ANTONIO POLIZELI  
Processo: TC-001045/013/08

Contratante: Companhia Troleibus de Araquara Contratada: Empresa de Engenharia e Serviços de Engenharia e Metal. Objeto: Contrato firmado pela Companhia Troleibus Araquara – CTA e Prefeitura Municipal de Araquara com a empresa Conselad Construtora e Laços Detetores e Eletrônica Ltda., objetivando a operacionalização do sistema de gestão e fiscalização de trânsito, no valor de R\$1.944.604,44. Advogados: Gisele Beck Rossi (OAB/SP nº 207.545), Leticia Ueda Vela (OAB/SP nº 395.486), Eduardo Leandro de Queiroz e Souza (OAB/SP nº 109.1174), Gabriela Nogueira da Silva (OAB/SP nº 247.092), Gabriela Macedo Diniz (OAB/SP nº 317.849), Luiz Antonio de Almeida Alvarenga (OAB/SP nº 146.770), Luiz Roberto Ramos (OAB/SP nº 165.478) e outros. A importância recolhida ao Fundo Especial de Despesa deste Tribunal, conforme comprovante de fs. 2470, equivale ao número de Unidades Fiscais

fixado na multa imposta na decisão de 23/05/2017 (DOE de 14/06/2017) e mantida na decisão de 30/09/2020 (DOE de 14/06/2021) a Nilson Roberto de Barros Carneiro, autoridade responsável por firmar o ajuste, ao qual dos quitação, visto restar cumprida a determinação exarada. A fiscalização competente para expedição da competente provisão de quitação. Em seguida, nada mais havendo por providenciar, arquivem-se os autos, observando-se, contudo, as cautelas de praxe.

Publique-se e cumpria-se.  
PROCESSO: TC-013962/026/11  
CONTRATANTE: Companhia de Saneamento Básico de São Paulo - SABESP

CONTRATADA: Steteng Engenharia e Construções Ltda. OBJETO: execução das obras de coletores-tronco e interligações de esgotos do Grupo A-2 de acordo com o que dispõe o art. 1º da Resolução nº 03/2020, publicada no DOE de 25/6/2020, determino o ARQUIVAMENTO destes autos.

Publique-se. Ao Cartório para as providências cabíveis.  
PROCESSO: TC-026171/026/12  
CONTRATANTE: Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza

CONTRATADA: Construtora Cronacron Ltda. OBJETO: obras de construção para implantação da FATEC Campinas

De acordo com o que dispõe o art. 1º da Resolução nº 03/2020, publicada no DOE de 25/6/2020, acolho a proposta da SDG e determino o ARQUIVAMENTO destes autos.

Publique-se. Ao Cartório para as providências cabíveis.

Processo: TC-02974/026/11  
Contratada: Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo Responsável: Ricardo da Silva Kondratovich, Secretário de Obras à época Contratada: F. M. Rodrigues Cia. Ltda. Em Exame: Embargos de Declaração opostos pelo Município de São Bernardo do Campo face ao julgamento pela irregularidade de Termos Aditivos e execução contratual celebrados. Advogados: Daiane Pimenta Bonfim (OAB/SP 333.252), Fernando Henrique Godoy (OAB/SP 219.340). Para efeito de cumprimento do artigo 157 do Regimento Interno, identifique os interessados a oposição de Embargos referentes à decisão exarada nestes autos.

Publique-se.  
PROCESSO: TC-02971/026/11

CONTRATANTE: Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE CONTRATADA: DB Barros Pavimentação e Construção Ltda. OBJETO: execução das obras de implantação da 1ª etapa do Sistema de Tratamento e Alagamento de esgoto urbano do município de Barra Bonita De acordo com o que dispõe o art. 1º da Resolução nº 03/2020, publicada no DOE de 25/6/2020, acolho a proposta da Diretoria de Fiscalização e determino o ARQUIVAMENTO destes autos.

Publique-se. Ao Cartório para as providências cabíveis.

Processo: TC-019837/026/14  
Contratante: Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo

Contratado: Works Construção & Serviços Eireli. Objeto: Prestação de serviço de controle, operação e fiscalização de portarias e edifícios, com a efetiva cobertura de 111 (cento e onze) postos designados para atender as unidades do Complexo Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo – HCFMUSP. Advogados: Eduardo Leandro de Queiroz e Souza (OAB/SP nº 109.013), Maria Thailide Marchi (OAB/SP nº 50.523), Idressa Almeida Gorge (OAB/SP nº 407.818), Gabriela Macedo Diniz (OAB/SP nº 317.849) e outros. Considerando o trânsito em julgado de V. Acórdão do E. Plenário publicado no DOE de 08/12/2020, nada mais resta a ser apreciado nos presentes autos. Ante o exposto, nada mais restando a ser apreciado, determino o arquivamento dos presentes autos nos termos da Resolução nº 03/2020.

Publique-se e cumpria-se.  
Processo: TC-000021/016/15

Contratante: Prefeitura Municipal de Angatã. Objeto: Prestação de serviços de manutenção da Santa Casa de Angatã Assunto: Prestação de Contas – Convênio Convênio nº 01/2008 (TC-1929/0008/008) Exercício: 2013 Valor: R\$ 329.840,11

Nos termos da Resolução nº 03/2020, arquivem-se os autos.

Publique-se. Ao Cartório para as providências cabíveis.

Processo: TC-1871/002/13

Orgão Concessor: Prefeitura Municipal de Torrinha OSCIP: Irmandade do Hospital de Caridade Padre Nicanor Merino Assunto: Resolução nº 03/2020 – Arquivamento Diante da manifestação da SDG (fs. 1645), arquivem-se os autos nos termos da Resolução nº 03/2020, ressalvando, para todos os efeitos, a possibilidade de se retomar a instrução nos termos do artigo 2º da respectiva norma.

Processo: TC-026985/026/12

Contratante: DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S/A. Responsáveis: Laurence Casagrande Lourenço (Diretor Presidente) e Pedro da Silva (Diretor de Engenharia) Contratado: Consórcio Planseiv – Typsa – Engcopros. Objeto: Prestação de serviços técnicos especializados de consultoria para o desenvolvimento do detalhamento executivo do projeto de engenharia e apoio e acompanhamento técnico das obras (ATO) do trecho norte do Rodaonal Mario Covas – Subtrecho 14. Em exame: Termos aditivos e execução contratual. Processo: TC-026986/026/12

Contratante: DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S/A. Responsáveis: Laurence Casagrande Lourenço (Diretor Presidente) e Pedro da Silva (Diretor de Engenharia) Contratado: Consórcio Planseiv – Typsa – Engcopros. Objeto: Prestação de serviços técnicos especializados de consultoria para o desenvolvimento do detalhamento executivo do projeto de engenharia e apoio e acompanhamento técnico das obras (ATO) do trecho norte do Rodaonal Mario Covas – Subtrecho 15. Em exame: Termos aditivos e execução contratual. Processo: TC-026987/026/12

Contratante: DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S/A. Responsáveis: Laurence Casagrande Lourenço (Diretor Presidente) e Pedro da Silva (Diretor de Engenharia) Contratado: Consórcio Maubertec – Setepa. Objeto: Prestação de serviços técnicos especializados de consultoria para o desenvolvimento do detalhamento executivo do projeto de engenharia e apoio e acompanhamento técnico das obras (ATO) do trecho norte do Rodaonal Mario Covas – Subtrecho 13. Em exame: Termos aditivos e execução contratual.

Processo: TC-027426/026/12

Contratante: DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S/A. Responsáveis: Laurence Casagrande Lourenço (Diretor Presidente) e Pedro da Silva (Diretor de Engenharia) Contratado: Consórcio Conceptor Engxeviv - Pron Rodaonal Norte – Subtrecho 12. Objeto: Prestação de serviços técnicos especializados de consultoria para o desenvolvimento do detalhamento executivo do projeto de engenharia e apoio e acompanhamento técnico das obras (ATO) do trecho norte do Rodaonal Mario Covas – Subtrecho 11. Em exame: Termos aditivos e execução contratual. Processo: TC-030820/026/12

Contratante: DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S/A. Responsáveis: Laurence Casagrande Lourenço (Diretor Presidente) e Pedro da Silva (Diretor de Engenharia) Contratado: Consórcio Elo Norte.

Objeto: Prestação de serviços técnicos especializados de consultoria para o desenvolvimento do detalhamento executivo do projeto de engenharia e apoio e acompanhamento técnico das obras (ATO) do trecho norte do Rodaonal Mario Covas – Subtrecho 12. Em exame: Termos aditivos e execução contratual. Processo: TC-040367/026/12

Contratante: DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S/A. Responsáveis: Laurence Casagrande Lourenço (Diretor Presidente) e Pedro da Silva (Diretor de Engenharia) Contratado: Consórcio Elo Norte.

Objeto: Prestação de serviços técnicos especializados de consultoria para o desenvolvimento do detalhamento executivo do projeto de engenharia e apoio e acompanhamento técnico das obras (ATO) do trecho norte do Rodaonal Mario Covas – Subtrecho 16. Em exame: Termos aditivos e execução contratual. Vistos. Acolho a proposta do Ministério Público de Contas (fs. 14.991/14.992) e determino que se proceda à tramitação autônoma do processo TC-26987/026/12 e torne-o concluso para a promoção da diligência sugerida pela Chefe da Assessoria Técnica (fs. 14.988). No que se refere aos demais processos, adoto as manifestações da Chefe da Assessoria Técnica e do Ministério Público de Contas no sentido de que se opera nella a incidência da Resolução nº 3/2020 em virtude dos correspondentes termos de encerramento, razão pela qual determino o arquivamento dos processos TC-26985/026/12, TC-026986/026/12, TC-027426/026/12, TC-03802/026/12 e TC-040367/026/12, nos termos da mencionada Resolução nº 3/2020.

Publique-se e cumpria-se.  
Antes, porém, extraiam-se cópias do presente despacho e junte-as nos processos TC-026986/026/12, TC-026987/026/12, TC-027426/026/12, TC-03802/026/12 e TC-040367/026/12.

Processo: TC-002341/026/08

Interessado: Departamento de Água e Esgoto de Marília. Matéria: contas anuais – exercício de 2008 Assunto: Informações da Prefeitura Municipal de Marília.

Trata-se do encaminhamento de notícia relativa à instauração de procedimento administrativo, em face do julgamento irregular da matéria em questão. Também constam dos autos o encaminhamento do relatório final da sindicância (fs. 406/412). Nessas condições, determino o arquivamento destes autos.

Publique-se. Ao Cartório para as providências cabíveis.

Processo: TC-44931/026/13

Orgão Concessor: Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo – CDHU Conveniada: Prefeitura do Município de Pederneras Assunto: Resolução nº 03/20 – Arquivamento Considerando que, o presente processo foi autuado em 09/12/2013; Considerando que, a prestação de contas decorre do exercício de 2012, período de 01/01/2012 a 31/12/2012;

Considerando a publicação da Resolução nº 03/2020. Determino, nos termos do artigo 1º, III, da Resolução nº 03/2020, o arquivamento dos autos, ressalvando, para todos os efeitos, a possibilidade de se retomar a instrução nos termos do artigo 2º da respectiva norma.

Publique-se.

Processo: TC-23234/026/15

Orgão Concessor: Secretaria de Economia e Planejamento (Atual Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Social)

Conveniada: Prefeitura do Município de Caraguatubá Assunto: Resolução nº 03/20 – Arquivamento Considerando que, o presente processo foi autuado em 22/06/2015; Considerando que, a prestação de contas decorre do exercício de 2009, período de 01/01/2009 a 31/12/2009;

Considerando a publicação da Resolução nº 03/2020. Determino, nos termos do artigo 1º, III, da Resolução nº 03/2020, o arquivamento dos autos, ressalvando, para todos os efeitos, a possibilidade de se retomar a instrução nos termos do artigo 2º da respectiva norma.

Publique-se.

Processo: TC-44931/026/13

Orgão Concessor: Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo – CDHU

Conveniada: Prefeitura do Município de Pederneras Assunto: Resolução nº 03/20 – Arquivamento

Considerando que, o presente processo foi autuado em 09/12/2013; Considerando que, a prestação de contas decorre do exercício de 2012, período de 01/01/2012 a 31/12/2012;

Considerando a publicação da Resolução nº 03/2020. Determino, nos termos do artigo 1º, III, da Resolução nº 03/2020, o arquivamento dos autos, ressalvando, para todos os efeitos, a possibilidade de se retomar a instrução nos termos do artigo 2º da respectiva norma.

Publique-se.

Processo: TC-80039/34/08

Interessada: Prefeitura Municipal de Marília. Assunto: Apartado das Contas do exercício de 2008 sobre pagamentos efetuados em nome de terceiros. Matéria: Marília – Prefeitura à época; Visto. Em face de decisão da E. Segunda Câmara de 12/12/2019, arquivem-se os autos, satisfeitas as cautelas de praxe.

Publique-se e cumpria-se.

Processo: TC-000909/011/15

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Fé do Sul

Contratada: Básica Fornecimento de Refeições Ltda.

Objeto: Prestação de serviços de preparo de alimentação escolar com o fornecimento de todos os gêneros e demais insumos, transportes e distribuição nos locais de consumo, logística, supervisão, prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos e utensílios utilizados e limpeza e conservação das áreas abrangidas para atender ao programa de merenda escolar nas unidades educacionais de responsabilidade do Município. Considerando os elementos constantes dos autos, em especial a manifestação da SDG (fs. 2684/2688), assino às partes contratantes o prazo de 30 (trinta) dias, em conformidade com o preceituado no artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 709/93, para que tragam aos autos as informações e documentos necessários à elucidação da matéria. Desde logo, autorizo aos interessados vista e extração de cópias dos autos no Cartório, observadas as formalidades legais.

Publique-se. Ao Cartório, para as providências cabíveis.

Processo: TC-800667/232/11

Interessada: Prefeitura Municipal de Avaré. Assunto: Apartado das Contas do exercício de 2011 sobre doação de terreno.

Responsável: Rogério Barchetti Uera – Prefeito à época;

Visto. Em decisão do E. Supremo Tribunal Federal nos autos do Recurso Extraordinário nº 848826, Tema nº 835, fixou tese de repercussão geral de que a apreciação das contas de prefeitos será exercida pelas Câmaras Municipais, com o auxílio dos Tribunais de Contas competentes, cujo parecer prévio somente deixará de prevalecer por decisão de 2/3 dos vereadores.

Assim, visando a normatizar e uniformizar o exame dos atos de responsabilidade direta ou indireta dos Chefes dos Poderes Executivos Municipais, esta E. Corte de Contas determinou que não mais fossem autuados Apartados de Contas de Prefeito. Dito isso, verifico que os presentes autos enquadram-se no disposto no parágrafo único, do artigo 1º da Resolução nº 8/2020, publicada no DOE de 12/12/2020. Arquivem-se satisfeitas as cautelas de praxe.

Publique-se e cumpria-se.

Processo: TC-022192/026/13

Contratante: Prefeitura Municipal de São Vicente Contratado: Companhia de Desenvolvimento São Vicente Objeto: Prestação de serviços de alvenaria, pisos, infraestrutura e superestrutura na rede de ensino do município de São Vicente.

Considerando o trânsito em julgado do V. Acórdão do E. Plenário publicado no DOE de 12/12/2019, nada mais resta a ser apreciado nos presentes autos. Ante o exposto, nada mais restando a ser apreciado, determino o arquivamento dos presentes autos nos termos da Resolução nº 3/2020.

Publique-se e cumpria-se.

DESPACHOS PROFERIDOS PELO CONSELHEIRO SUBSTITUTO VALDENIR ANTONIO POLIZELI

PROCESSO: 000084.988.19-6. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÍBAS Contratada: CTA (CNPJ 59.307.595/0001-75). CONTRATADO(A): APETEC SISTEMAS DE ALIMENTACAO S/A. (CNPJ 60.166.832/0001-04) ADVOGADO: MARCOS ANTONIO GABAN MONTEIRO (OAB/SP 278.013) / BRUNA DE ALENCAR ROCHA MONTEIRO (OAB/SP 411.616). INTERESSADO(A): JANICE PAULINO CESAR (CPF – 698.78)